

ATA N.º 2 (REUNIÃO PRIVADA)

ooxxxoo

000

ABERTURA DA REUNIÃO------

------ O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA **ORDEM DO DIA** (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. ------

ooxxxoo

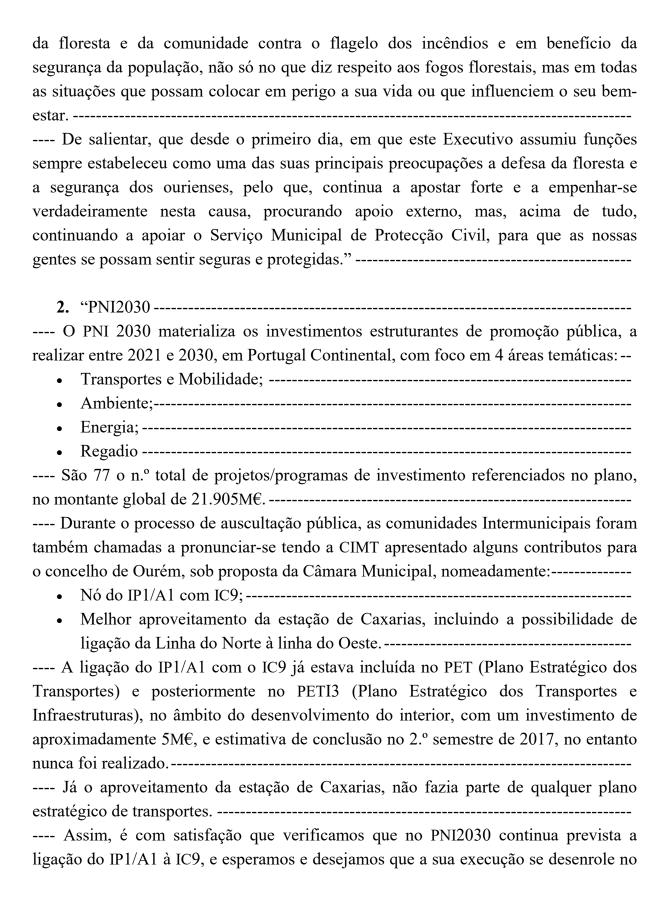
000

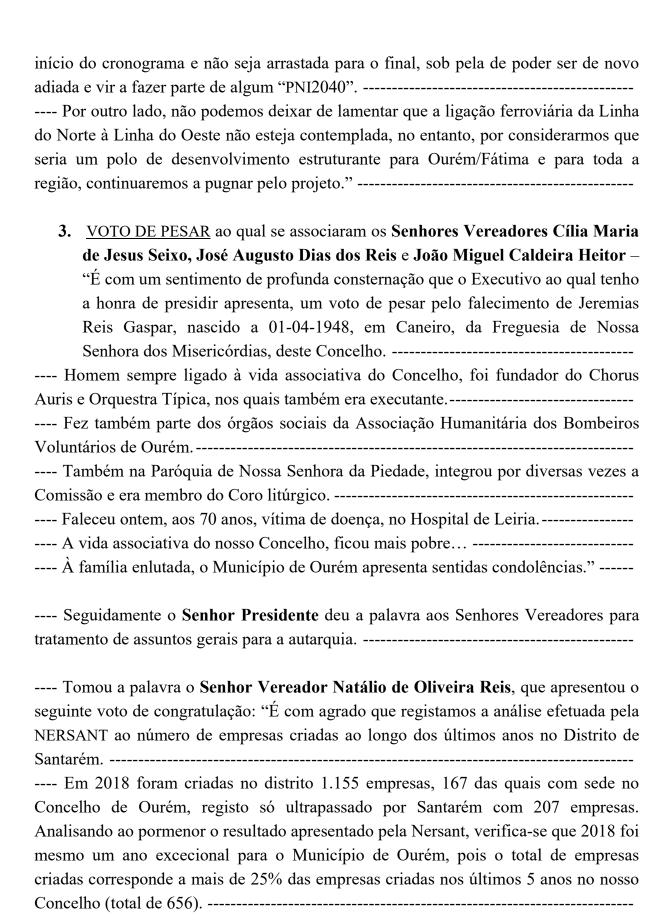
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

---- Nos termos do artigo 52.°, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o **Senhor Presidente** tomou a palavra para apresentar os seguintes documentos: ------

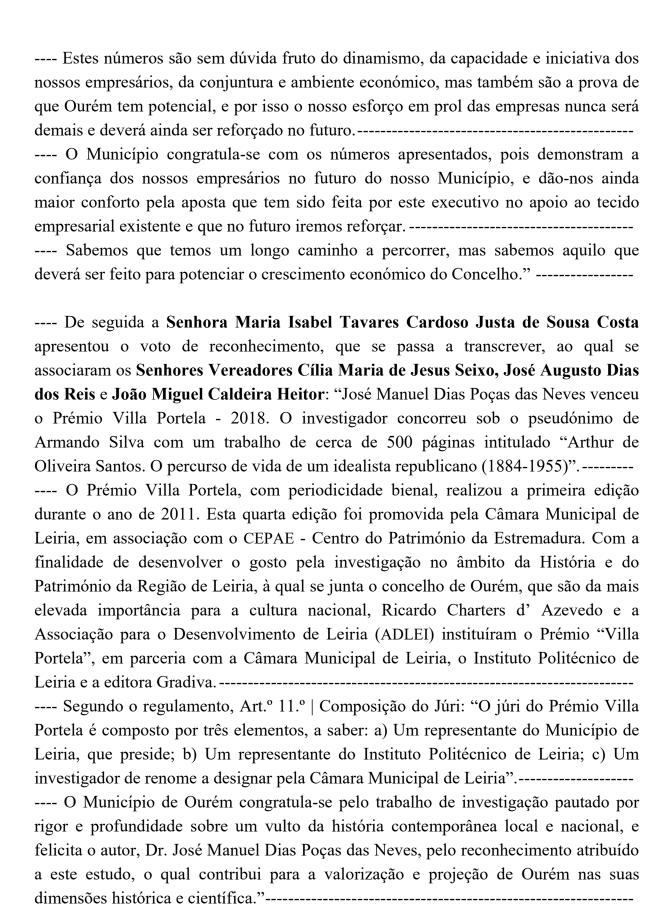
1. <u>INFORMAÇÃO</u> – "A Junta de Freguesia de Urqueira irá ter uma equipa de sapadores. O Júri do Concurso, aberto pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas para a Criação de Equipas e Brigadas de Sapadores Florestais, aprovou as listas finais de candidaturas. O nome da Freguesia de Urqueira aparece, pois, em quarto lugar, o que lhe dá a garantia de atribuição de uma equipa de sapadores, faltando apenas, neste momento, o termo de aceitação a emitir pela referida Autarquia.------

---- Trata-se de mais uma vitória do Município de Ourém, em concreto do Serviço Municipal de Proteção Civil, na luta que continuamos a travar no âmbito da proteção

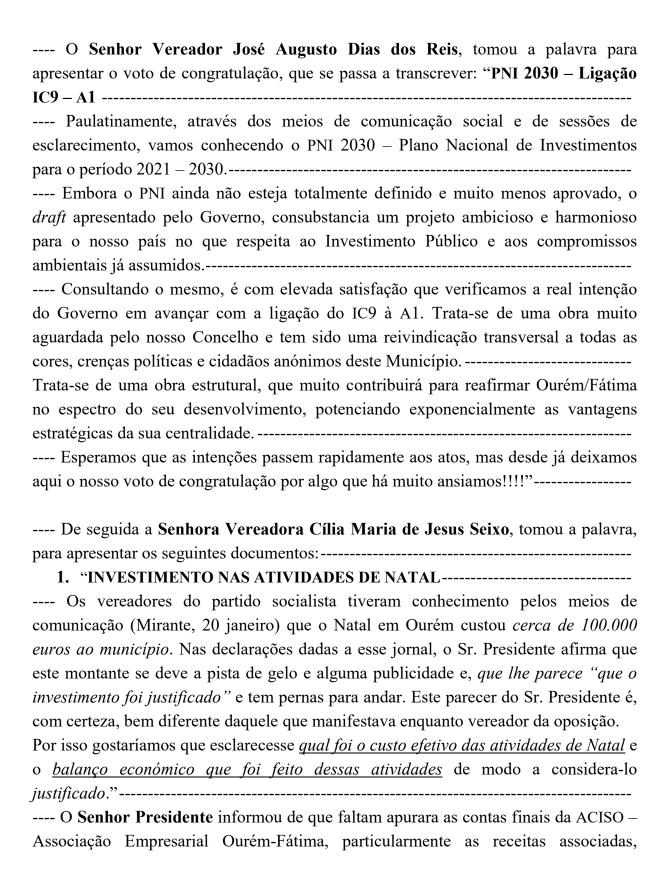








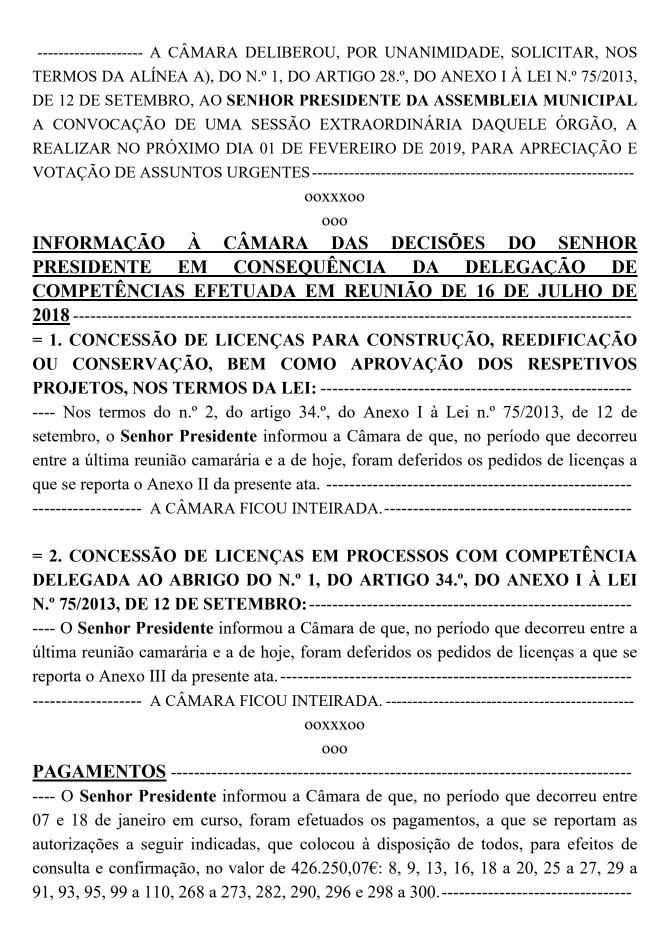




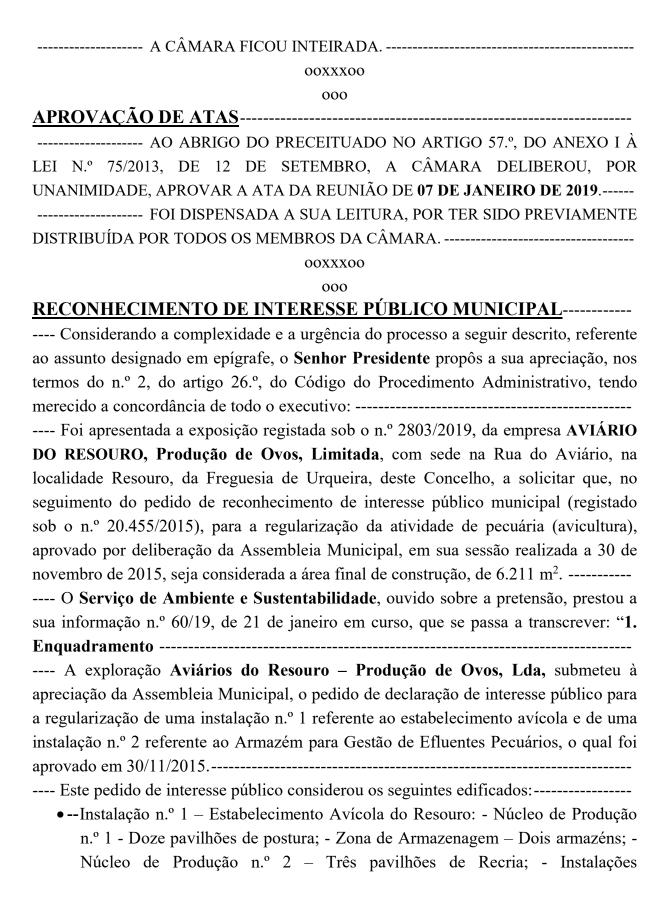


circunstância após a qual, os resultados das atividades de Natal serão submetidas, para conhecimento, ao órgão executivo.-----2. "CARNAVAL ---------- Pelo mesmo jornal (Mirante, 20 janeiro) ficámos a saber que durante a última reunião do executivo municipal o Sr. Presidente tinha avançado a ideia de que o Carnaval não se vai realizar este ano porque não houve tempo suficiente para o preparar. Efetivamente, os vereadores do PS não têm memória dessa informação ter sido dada na última reunião nem ela consta da ata. ---------- Sr. Presidente, tendo em conta que lidera o atual executivo há um ano e meio, quanto tempo mais acha necessário para preparar a saída do corso carnavalesco, que, como o sr. mesmo afirmou é já uma tradição em Ourém?" --------- O Senhor Presidente informou de que o corso carnavalesco foi suspenso, há cerca de cinco anos, em virtude da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, não tendo sido retomado até á presente data. Entende que poderão haver condições para o retomar brevemente, embora deva ser avaliado e definido em que modelo. ------3. "ESTRADA DA ATOUGUIA ---------- Na semana passada, a estrada de Alvega esteve fechada por questões meteorológicas e de segurança. O transito Fátima - Ourém passou, pois, a fazer-se principalmente pela estrada da Moita Redonda – Atouguia. Desde finais de 2017 que nas Fontainhas da Serra a via está cortada, deficientemente sinalizada, com risco para a segurança pública. ---------- Dado o facto de este ter sido um assunto já anteriormente aqui falado e de, pelos vistos, não ter havido ainda tempo para o resolver, os vereadores do PS gostariam de perguntar ao Sr. Presidente para quando o inicio das obras e a reparação da estrada nas Fontainhas da Serra."--------- O Senhor Presidente esclareceu que futuramente teremos sinalização adequada, sendo uma lacuna já identificada e evidente. Quanto à obra por executar, reportou que a mesma está adjudicada e com contrato assinado, estando em curso a aprovação do plano de segurança, pelo que, a curtíssimo prazo, haverão condições para a consignar. ---- Por fim o Senhor Presidente tomou de novo a palavra, para propor, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 28.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a realização, no próximo dia 01 de fevereiro de 2019, de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, para discussão de assuntos de carácter urgente. -----











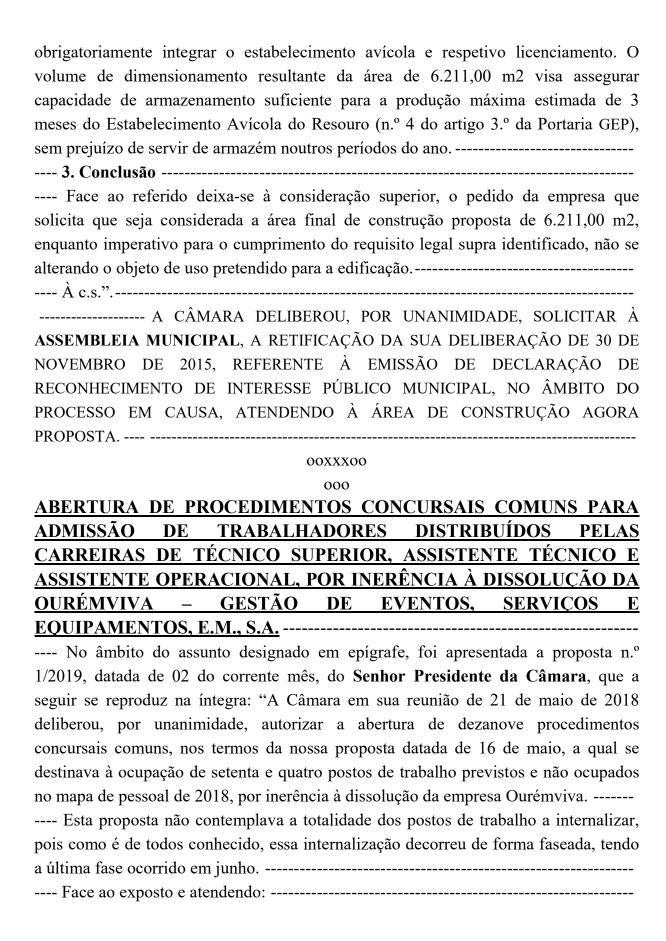
complementares à Atividade Pecuária – Dois edifícios (uma fábrica de farinha e CICO/armazém); - Área Social – Um edifício (escritório e zona administrativa).

• -- Instalação n.º 2 – Um Armazém para Gestão de Efluentes Pecuários com uma área de3.145 m2. -----



Figura 1: Pretensão - Pedido de Interesse Público

---- Sobre esta questão, a empresa remeteu o esclarecimento que se anexa, referindo que se tinha verificado um lapso na descrição das áreas e implantação da mesma. Referiu ainda que a DRAPLVT, enquanto entidade coordenadora do licenciamento, considerou que a pretensão da área de armazenamento de efluentes pecuários configura uma resposta à obrigação da exploração de possuir órgãos de armazenamento com capacidade para 3 meses de produção, pelo que deve





- a) À complexidade, morosidade e burocracia que os procedimentos concursais de recrutamento têm e tendo em conta que estão também a decorrer outros procedimentos, não foi possível aos serviços, até à presente data, iniciar os procedimentos concursais autorizados pela deliberação de 21 de maio de 2018;
- b)-Que já é possível, com exatidão, identificar a totalidade dos postos de trabalho a internalizar no âmbito do processo de dissolução da Ourémviva e que em resultado das alterações à estrutura dos serviços municipais, alguns dos postos de trabalho foram objeto de alteração de referência: -------
- c) -Que do ponto de vista da economia, eficiência e eficácia dos meios é de todo conveniente que se proceda a abertura de um único procedimento, em vez de dois, pois é publicado apenas um aviso e evitamos duplicação de procedimentos nos casos em que estejam em causa postos de trabalhos de conteúdo igual.------

- ---- Havendo necessidade de adequar as referências dos postos de trabalho à estrutura de serviços atualmente em vigor e que consta do mapa de pessoal de 2019, anexa-se mapa com o detalhe dos procedimentos já aprovados e propostos que se pretende concretizar: ------

-----Lista dos procedimentos concursais ------

1. Procedimentos concursais já autorizados – Deliberação de 21 de maio de 2018-----

N.º Ordem	Referência Inicial	N° PT	Ref. ^a atual	Carreira
1	DOM-31	3	DOMSU-SMEPE/SJPEV-04	Assistente Operacional
2	DOM-32	3	DOMSU/SMEPE-04	Assistente Operacional



3	DOM-35	1	SAS/SAF-06	Assistente Operacional
4	DOM-36	2	DOMSU-SMEP/SJPEV-07	Assistente Operacional
5	DOM-37	1	DOMSU-SMEPE/SAD-16	Assistente Operacional
6	DAM-03	1	DAFCE/SEPF-02	Técnico Superior
7	3°GrauRIC-12	1	DAC/SICC-07	Assistente Operacional
8	DEAS/AS-01	1	DEASS/SAS-01	Técnico Superior
9	DEAS/AS-03	1	DEASS/SAS-03	Assistente Técnico
10	DEAS/E-06	3	DEASS/SE-08	Assistente Técnico
11	DEAS/E-08	30	DEASS/SE-16	AO-AAE
12	DEAS/E-17	12	DEASS/SE-13	AO-Vigilantes Tescol.
13	DEAS/E-02	7	DAFCE/ST-04	AO- Mot. Transp. Colet.
14	DAS/AE-06	2	SAS/SAF-05	Assistente Operacional
15	DAC/ACDJ-08	2	DAC/SICC-06	Assistente Operacional
16	DAC/ACDJ-09	1	DAC/SMMP-08	Assistente Operacional
17	PCIVIL-05	1	GPC-05	Técnico Superior
18	PCIVIL-06	1	GPC-06	Técnico Superior
19	PCIVIL-03	1	GPC-03	Assistente Técnico
Total de	Total de postos de			

trabalho

2. Procedimentos concursais propostos -----

N.° Ordem	Área funcional	Ref. ^a atual	N° PT	Carreira
1	(não aplicável)	DOMSU/SMEPE-04 (1)	1	Assistente Operacional
2	(não aplicável)	DOMSU- SMEPE/SJPEV-04 (²)	1	Assistente Operacional
3	(não aplicável)	GPC-07	1	Assistente Técnico
4	Contabilidade e Finanças/Administração Pública /Gestão	DGF/SC-01	1	Técnico Superior
5	Informática	DRHI/SI-05	1	Assistente Técnico
6	(não aplicável)	DOMSU-SMEPE/SER- 01	1	Assistente Técnico
7	Rececionista	DOMSU-SMEPE/SER- 02	3	Assistente Operacional
8	(não aplicável)	DOMSU-SMEPE/SAD- 15	1	Assistente Operacional
9	(não aplicável)	DOMSU-SMEPE/SAD- 17	1	Assistente Operacional
10	Desporto	DOMSU-SMEPE/SEM- 01	1	Técnico Superior
11	(não aplicável)	DOMSU-SMEPE/SEM- 03	4	Assistente Operacional



Total de postos de trabalho				
26	Motorista de transporte de refeições escolares	DEASS/SE-15	1	Assistente Operacional
25	(não aplicável)	DEASS/SE-14	8	AO- Vigilante de Crianças
24	(não aplicável)	DEASS/SE-09	1	Assistente Técnico
23	(não aplicável)	DAC/SBM-04	1	Assistente Operacional
22	(não aplicável)	DAC/SMMP-09	1	Assistente Operacional
21	(não aplicável)	DAC/SMMP-07	1	Assistente Operacional
20	Conservação e Restauro / Vertente de Arqueologia e da Paisagem	DAC/SMMP-06	1	Técnico Superior
19	Arquitetura de Gestão Urbanística	DAC/SMMP-05	1	Técnico Superior
18	Gestão Turística e Cultural / Turismo – Marketing Turístico	DAC/SMMP-03	2	Técnico Superior
17	(não aplicável)	DAC/SICC-05	2	Assistente Operacional
16	(não aplicável)	DAC/SICC-04	1	Assistente Operacional
15	(não aplicável)	DOMSU/SMEPE/SEM- 11	1	Assistente Operacional
14	(não aplicável)	DOMSU/SMEPE/SEM- 10	5	Assistente Operacional
13	Técnico de Natação	DOMSU/SMEPE/SEM- 08	1	Assistente Técnico
12	(não aplicável)	DOMSU/SMEPE/SEM- 07	7	Assistente Operacional

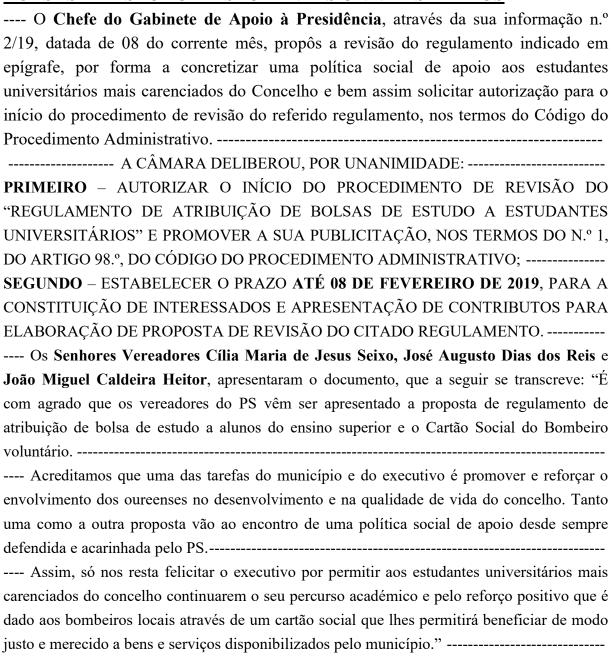
JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO, ------



ooxxxoo

000

PROPOSTA DE REVISÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS-----



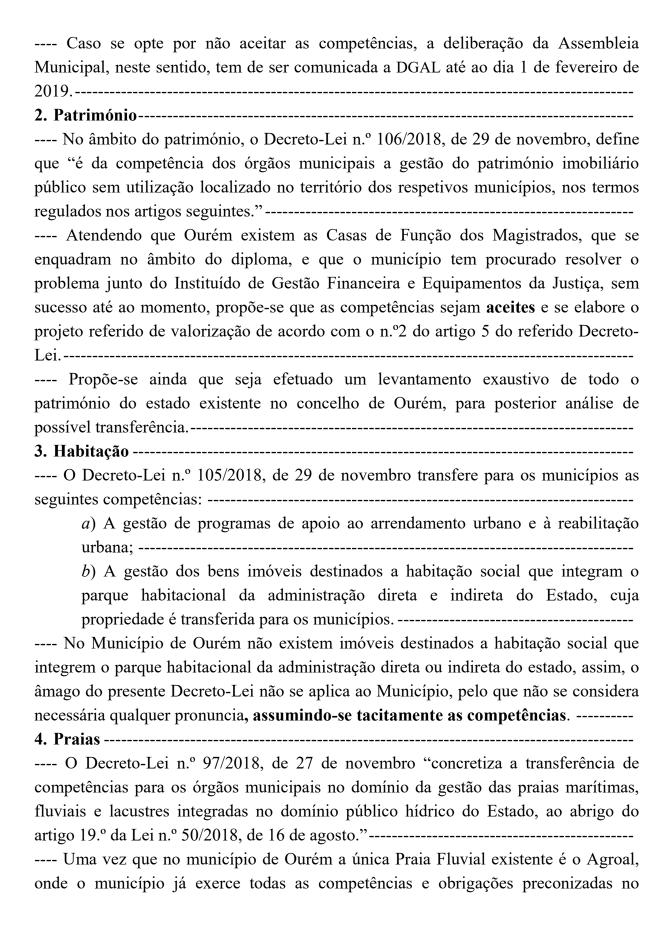
ooxxxoo



PROPOSTA DE REVISÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE DISTINÇÕES HONORÍFICAS DO MUNICÍPIO DE OURÉM--------- Foi apresentada a informação n.º 3/19, datada de 08 do corrente mês, do Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, a colocar à consideração superior proposta de revisão do regulamento indicado em epígrafe e a solicitar autorização para o início do procedimento, nos termos do Código do Procedimento Administrativo. ------------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: -------PRIMEIRO – AUTORIZAR O INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE REVISÃO DO "REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE DISTINÇÕES HONORÍFICAS MUNICÍPIO DE OURÉM" E PROMOVER A SUA PUBLICITAÇÃO, NOS TERMOS DO N.º 1, DO ARTIGO 98.º, DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO; ------SEGUNDO – ESTABELECER O PRAZO ATÉ 08 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA A CONSTITUIÇÃO DE INTERESSADOS E APRESENTAÇÃO DE CONTRIBUTOS PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE REVISÃO DO CITADO REGULAMENTO. ----ooxxxoo 000 DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA -----= LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO =--------- Foi apresentada a informação n.º 4/19, de 14 de janeiro corrente, do Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, que a seguir se reproduz na íntegra: "A lei n.º 50/2018, de 16 de agosto prevê a transferência de competências para os municípios, comunidades intermunicipais e freguesias. A transferência destas competências, para o ano de 2019, esta condicionada à aceitação, das mesmas, por parte dos órgãos municipais e da sua produção de efeitos, ou seja, somente após a aprovação dos respetivos diplomas legais de âmbito setorial, acordados com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. --------- Até ao momento já foram publicados 11 diplomas sectoriais:-----1. Vias de Comunicação ------2. Património -----3. Habitação -----4. Praias -----5. Estruturas de Atendimento ao Cidadão-----6. Estacionamento público; ------7. Modalidades afins dos Jogos de Fortuna e Azar ------8. Justica -----

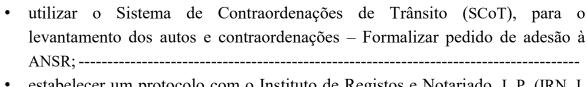
9. Proteção Civil – Apoio aos Bombeiros-----

10. Projetos Financiados por fundos Europeus
11. Promoção Turística
Destas, as competências definidas nos 7 primeiros diplomas são somente da
Câmara Municipal, nos 8.º e 9.º da Câmara Municipal e Comunidade Intermunicipal e
nos dois últimos, somente da comunidade Intermunicipal
A aceitação ou rejeição destas competências, a transferir para o Município, carece
de deliberação da Câmara e eventualmente da Assembleia Municipal, no caso de não
aceitação
Em relação às competências para as Comunidades Intermunicipais:
1 — O exercício das competências a exercer pelas entidades intermunicipais
depende de prévio acordo de todos os municípios que as integram
2 — O acordo referido no número anterior é da competência do órgão
deliberativo de cada um dos municípios que integram a entidade
intermunicipal, devendo ser publicado no sítio na Internet de cada município e
remetido à respetiva entidade intermunicipal
De forma a melhor fundamentar a deliberação em cada um dos diplomas são
expostas, de forma mais detalhada, as competências a transferir em cada um dos
diplomas e uma proposta de deliberação
1. Vias de Comunicação
O Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro, preconiza a transferência de
competências e a titularidade de algumas vias:
1- Gestão:
a) Dos troços de estradas e dos equipamentos e infraestruturas neles integradas,
localizados nos perímetros urbanos;
b) Dos troços de estradas desclassificadas pelo Plano Rodoviário Nacional e os
troços substituídos por variantes ainda não entregues através de mutação dominial
por acordo entre a Infraestruturas de Portugal, S. A. (doravante designada por IP) e o
respetivo município
2 - É transferida para os municípios a titularidade dos troços e dos equipamentos e
infraestruturas referidos no número anterior, através de mutação dominial por acordo
entre a IP e o respetivo município, conforme previsto no artigo 40.º do Estatuto das
Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado em anexo à Lei n.º 34/2015, de 27 de
abril, na sua redação atual, passando a integrar o domínio público municipal
Uma vez que o conceito de gestão explanado no diploma é ambíguo e confuso,
existindo opiniões divergentes em relação ao mesmo, sugere-se que para este ano as
competências não sejam aceites



despacho, se considera não ser necessário qualquer pronuncia, assumindo-s
tacitamente as competências
5. Estruturas de Atendimento ao Cidadão
O Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro, "concretiza a transferência d
competências para os órgãos municipais nos seguintes domínios:
a) Instalação e a gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão;
b) Instituição e gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes;
c) Instituição e gestão dos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes.
No que concerne às lojas do cidadão:
• atualmente geridas pela AMA, I.P., serão sujeitas a regulamentação própria, qu
regulará a respetiva transferência para os municípios;
• para as restantes Lojas/Espaços a instalar, será definido um conjunto d
condições que sustentará a matriz de transferência.
Ou seja, a instalação de novas lojas do Cidadão ou Espaços do Cidadão ser
sempre mediante articulação e acordo com a AMA, I.P
Em relação aos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes e aos centros de Locais d
Apoio aos Migrantes, deve ressalvar-se que já existe o gabinete de Apoio ao
Emigrantes e que facilmente poderá assumir as competências elencadas para o apoi
aos migrantes.
Sugere-se que as competências preconizadas no presente Decreto-Lei sejar
aceites
6. Estacionamento público
O Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro, preconiza a transferência da
seguintes competências
a) A regulação e fiscalização do estacionamento nas vias e espaços públicos
dentro das localidades, para além dos destinados a parques ou zonas d
estacionamento, quer fora das localidades, neste caso desde que estejam so
jurisdição municipal;
b) A instrução e decisão de procedimentos contraordenacionais rodoviários po
infrações leves relativas a estacionamento proibido, indevido ou abusivo no
parques ou zonas de estacionamento, vias e nos demais espaços públicos que
dentro das localidades, quer fora das localidades, neste caso desde que estejar
sob jurisdição municipal, incluindo a aplicação de coimas e custas
Para a aplicação destas competências são necessários uma série de formalismos
nomeadamente:



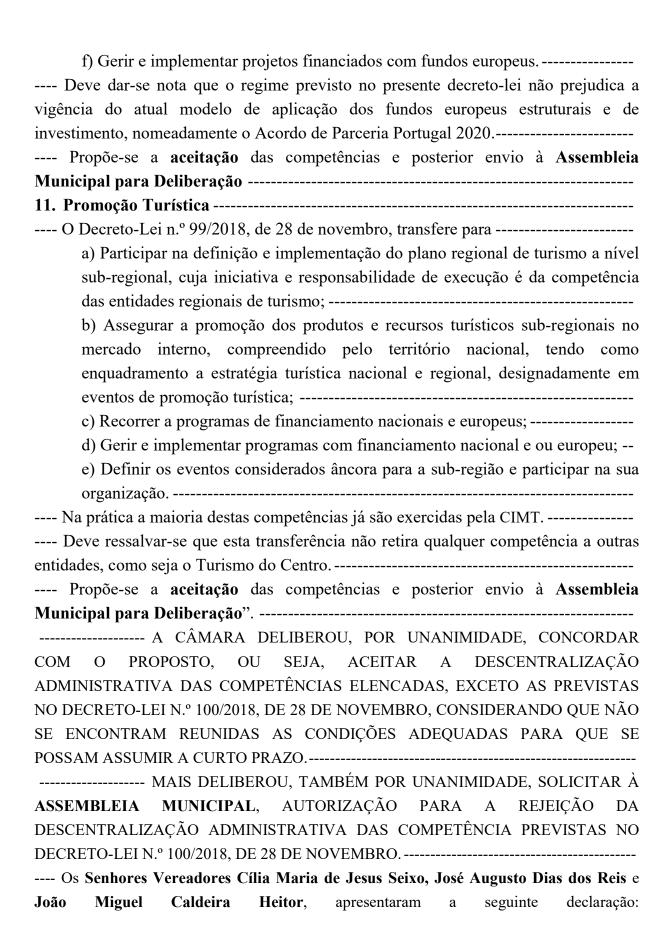


estabelecer um protocolo com o Instituto de Registos e Notariado, I. P. (IRN, I. P.), com as condições de acesso e consulta à identificação do titular do veículo. ---- Numa primeira fase, e atendendo a que o município não tem condições para proceder à fiscalização, esta teria de ser assumida pelas forças de segurança, como sempre foi até à presente data. Neste caso o produto das coimas seria de somente 70% para o Município, sendo os remanescentes 30% para a entidade fiscalizadora, PSP ou GNR. --------- Atendendo aos prós e contras, sugere-se que as competências sejam aceites, e que se proceda aos pedidos necessários à ANSR, para acesso ao sistema SCoT, e se estabeleça o protocolo com o IRN, I.P. para acesso e consulta à identificação do titular do veículo. ------7. Modalidades afins dos Jogos de Fortuna e Azar ---------- O Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro, transfere para os municípios a competência de "autorizar a exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo." ---------- O Artigo n.º 159 do Decreto-Lei n.º 422/89, de 02 de Dezembro, na sua versão atual, define que as "modalidades afins dos jogos de fortuna ou azar são as operações oferecidas ao público em que a esperança de ganho reside conjuntamente na sorte e perícia do jogador, ou somente na sorte, e que atribuem como prémios coisas com valor económico predeterminado à partida." Nestes incluem-se as rifas, tômbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos, que se circunscrevam à respetiva área territorial. Esta modalidade de jogos está vedada pelo artigo n.º 160 do referido Decreto-Lei a entidades com fins lucrativos, ou seja, só é permitida a instituições sem fins lucrativos --------- Para assumir estas competências é necessário proceder a uma alteração do regulamento de Taxas e Licenças, ou em alternativa, nesta fase inicial, que a câmara delibere aplicar as taxas definidas pela Portaria nº 1203/2010 de 30 de novembro, que são de 500,00€, ou em alternativa que delibere isentar as Associações sem fins lucrativos do pagamento desta taxa.--------- A assunção destas competências vem permitir, de forma simples, às associações sem fins lucrativos do concelho, regulamentar os concursos e sorteios que realizam com frequência, como forma de angariação de fundos que são muitas vezes o garante

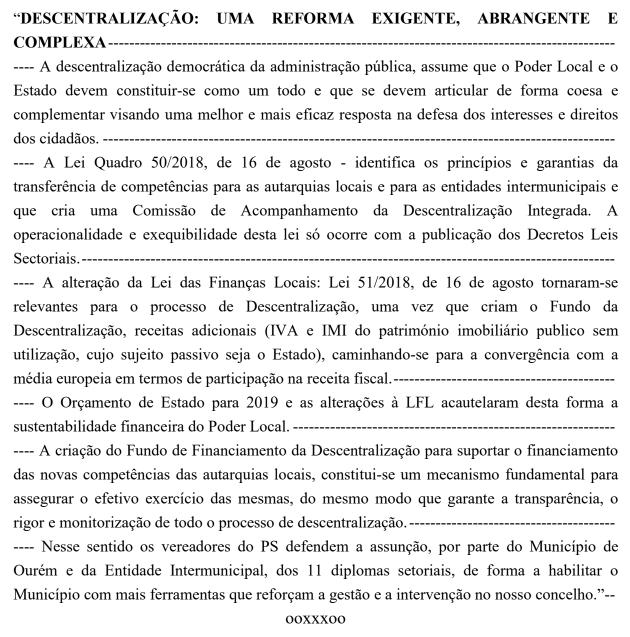
da sua própria subsistência.

Atendendo a estes pressupostos propõe-se que esta competência seja aceite
8. Justiça
O Decreto-Lei n.º 108/2018, de 29 de novembro, atribui aos "órgãos municipais e
das entidades intermunicipais competências nos seguintes domínios:
a) Reinserção social de jovens e adultos;
b) Prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica;
c) Rede dos julgados de paz;
d) Apoio às vítimas de crimes
As competências referidas nas alíneas a), b) e d) já são desenvolvidas pelos
municípios e comunidades intermunicipais, pelo que vem somente dar-lhe suporte
Em relação à rede dos Julgados de Paz, o Decreto Lei define que:
1 - No âmbito do artigo 3.º da Lei n.º 78/2001, de 13 de julho, na sua redação
atual, os municípios e as entidades intermunicipais têm poder de iniciativa com
vista à apresentação de propostas de criação, instalação, modificação ou
extinção de julgados de paz concelhios e de agrupamento de concelhos,
respetivamente, por parceria pública com o Ministério da Justiça
2 - Quando a criação, instalação, modificação ou extinção de julgados de paz
resulte de iniciativa governamental, é obrigatória a consulta aos municípios e
entidades intermunicipais abrangidos
Em súmula faculta aos municípios e entidades intermunicipais o poder de
iniciativa para a sua criação, instalação, modificação ou extinção, ou de auscultação
quando se trate de iniciativa governamental
Como foi apresentado no início, no caso de competências a transferir para as
Comunidades Intermunicipais, estas têm de ter a aceitação da Câmara e da Assembleia
Municipal, assim:
• Para as competências do município propõe-se a sua aceitação;
• Para as competências da Comunidade Intermunicipal, sugere-se também a sua
aceitação e posterior envio à Assembleia Municipal para deliberação
9. Proteção Civil – Apoio aos Bombeiros
O Decreto-Lei 103/2018, de 29 de novembro, procede à seguinte alteração ao
Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho (define o regime jurídico aplicável à
constituição, organização, funcionamento e extinção dos corpos de bombeiros, no
território continental):
"Os municípios em cuja área territorial atuem as equipas de intervenção
permanente podem apoiar o funcionamento das mesmas, designadamente
comparticipando nos custos com seguros de acidentes de trabalho dos elementos

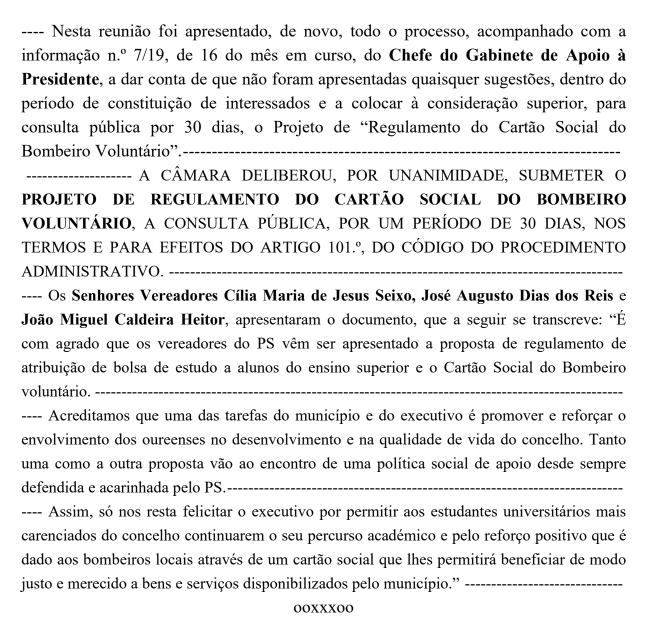
que integram as equipas de intervenção permanente e nos custos com a aquisição de
equipamentos a elas afetos"
Ou seja, na prática, vem somente regularizar a situação dos pagamentos, de parte
dos salários dos funcionários afetos as EIP's, pelo município
Em relação à Comunidade intermunicipal define que "os projetos de instalação de
novos quartéis dos corpos de bombeiros voluntários ou de ampliação dos existentes
estão sujeitos a parecer prévio da entidade intermunicipal da área territorial respetiva"
e ainda que "os programas de âmbito regional de apoio às corporações de bombeiros
voluntários estão sujeitos a parecer prévio das entidades intermunicipais na respetiva
área territorial"
Assim, propõe-se:
• Para as competências do município a sua aceitação;
• Para as competências da Comunidade Intermunicipal, também a sua aceitação
e posterior envio à Assembleia Municipal para deliberação
10. Projetos Financiados por fundos Europeus
O Decreto-Lei n.º 102/2018, de 29 de novembro, transfere para a Comunidade
Intermunicipal:
a) Elaborar, em articulação com as opções de desenvolvimento a nível regional
a estratégia global das respetivas sub-regiões, incluindo o diagnóstico e
identificação das necessidades e oportunidades dos territórios;
b) Elaborar o programa de ação, incluindo o planeamento indicativo dos
investimentos a realizar, para a prossecução da estratégia referida na alínea
anterior;
c) Definir, implementar e monitorizar programas de captação de investimento
produtivo empresarial de dimensão sub-regional, articulados com a estratégia
referida na alínea a), incluindo a participação nos processos de apoios, no que
se refere à vertente sub-regional, na análise de candidaturas, na aplicação de
critérios de seleção e na elaboração de proposta de seleção das candidaturas a
financiar;
d) Dinamizar e promover, a nível nacional e internacional, o potencial
económico das respetivas sub-regiões, designadamente realizando e
participando em eventos, bem como gerindo postos e portais de informação
neste âmbito;
e) Apresentar candidaturas no âmbito de programas de financiamento europeu
com vista à implementação de projetos a nível sub-regional, designadamente de
natureza económica, social e cultural;







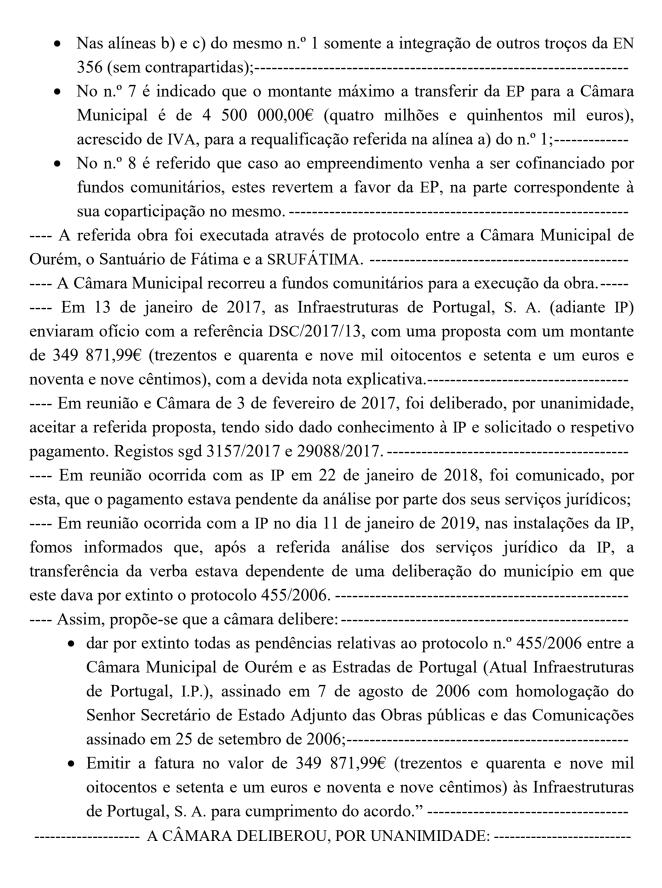
PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CARTÃO SOCIAL DO BOMBEIRO VOLUNTÁRIO -----



REQUALIFICAÇÃO DA ANTIGA E.N. 356 (FÁTIMA) ------

• Na alínea a) do n.º 1 que o protocolo tem por objeto a requalificação e integração na rede municipal da antiga EN 356 entre a rotunda Norte (quilómetro 29,780) e a rotunda Sul (quilómetro 31,680) na zona envolvente à Igreja da Santíssima Trindade, numa extensão de 1,9000 km.







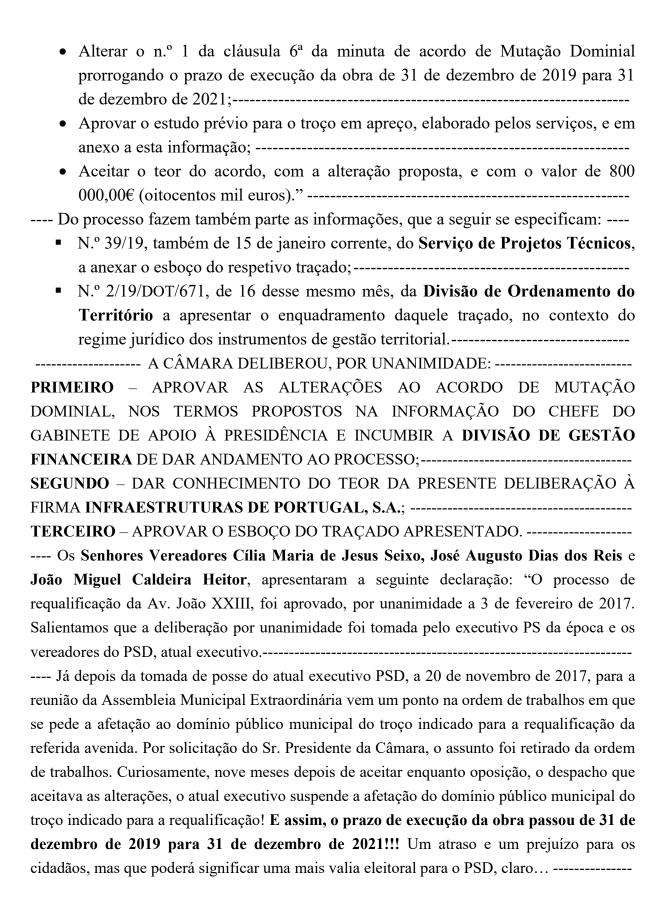
ooxxxoo

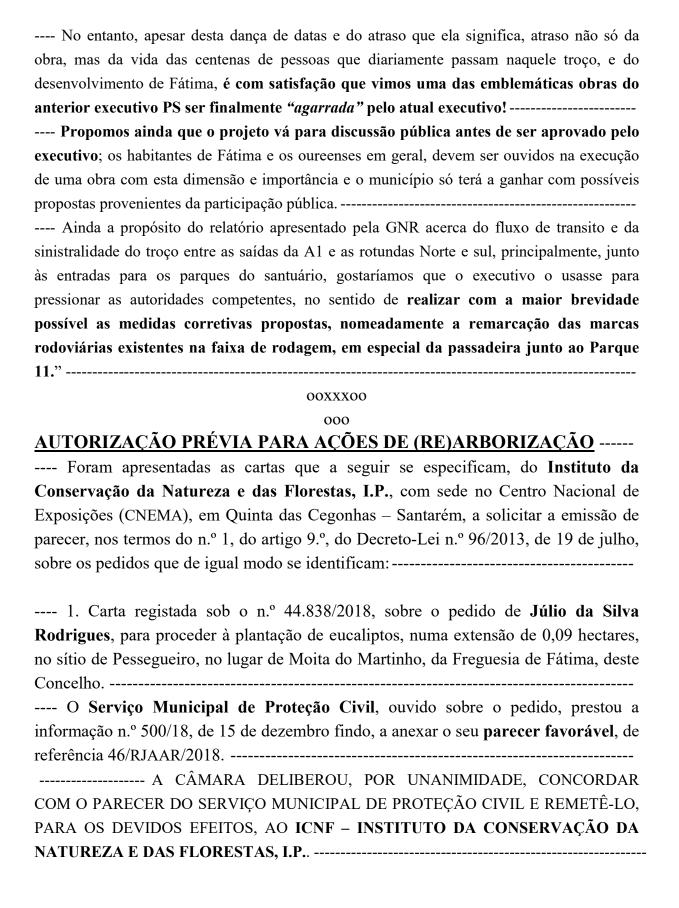
000

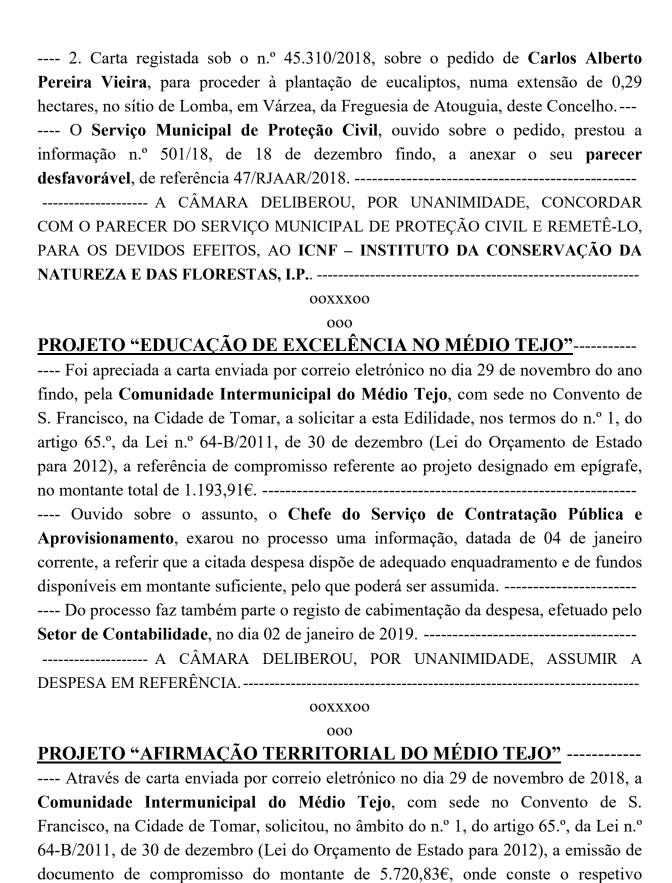
REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA PAPA JOÃO XXIII - FÁTIMA -----

---- Relativamente ao assunto referido em epígrafe, foi apresentada a informação n.º 6/19, de 15 de janeiro em curso, do Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, que a seguir se reproduz na íntegra: "Em reunião de Câmara datada de 3 de fevereiro de 2017, foi aprovado, por unanimidade, a minuta do acordo de mutação dominial para integração do troço da EN 356 (entre o entroncamento de acesso ao nó da A1 e a rotunda sul, em Fátima) condicionada à alteração do prazo de vigência de 31 de dezembro de 2017 para 31 de dezembro de 2019. --------- Em reunião de Câmara datada de 29/09/2017 foi deliberado, por unanimidade, ratificar, nos termos do n.º 3, do art. 35.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, o despacho do Sr. Vice-Presidente, de 20.09.2017, que aceitava as alterações propostas pelas Infraestruturas de Portugal, I.P. (doravante IP) nomeadamente, "que o pagamento fosse efetuado de uma só vez no exercício económico de encerramento da obra" e solicitar, nos termos da alínea q), do n.º 1 do art. 25.º, do referido Anexo I, à Assembleia Municipal a afetação ao domínio público municipal do troço indicado. -------- O assunto em apreço foi agendado para a reunião da Assembleia Municipal Extraordinária de 20 de novembro de 2017, e por solicitação do Sr. Presidente da Câmara à digníssima Assembleia, o assunto foi retirado da ordem de trabalhos, por unanimidade, permitindo assim aferir com maior precisão os valores efetivamente em causa para a sua execução e garantir a sua exequibilidade, uma vez que seria de todo impossível à Câmara ter as obras concluídas no final do ano de 2019. --------- Em reunião ocorrida com IP, em 21 de janeiro de 2018, foi acordado que esta iria reavaliar o processo, comprometendo-se a Câmara de elaborar um estudo prévio condicente com as efetivas necessidades da via. ---------- Em reunião ocorrida com a IP, em 11 de janeiro de 2019, a câmara apresentou o estudo prévio que a IP irá analisar logo que o mesmo lhe seja remetido formalmente após a respetiva deliberação do executivo municipal--------- Assim, propõe-se que a câmara delibere: -----

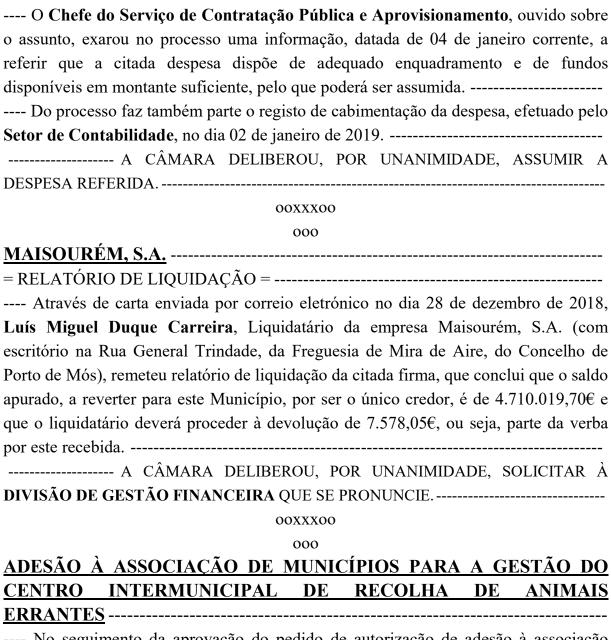




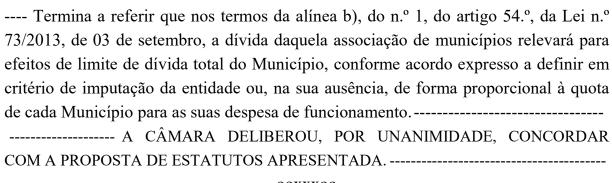




número de cabimento referente ao projeto designado em epígrafe. -----







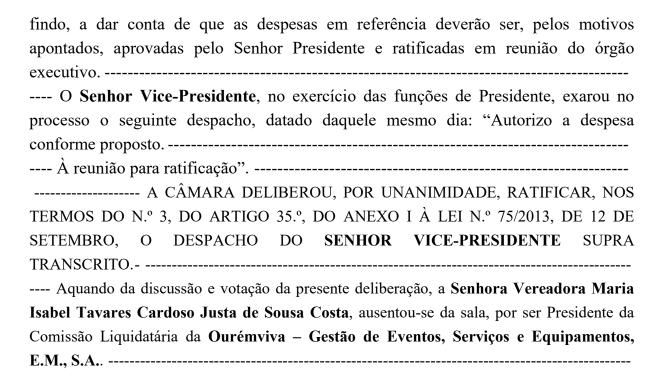
OURÉMVIVA - GESTÃO DE EVENTOS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS, E.M., S.A. -----

= ENCERRAMENTO DA LIQUIDAÇÃO = -----

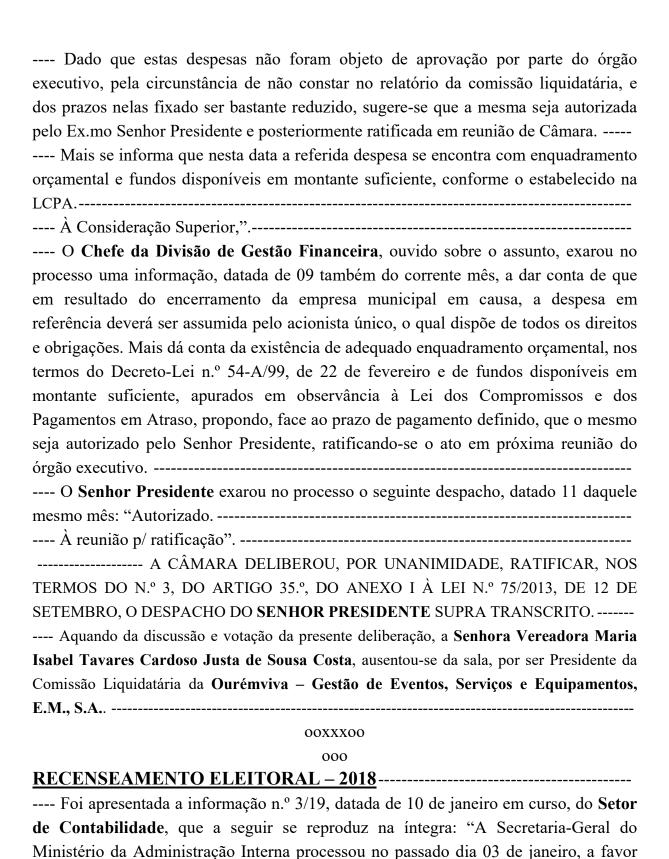
Fornecedor	N.º Documento	Valor	Data vencimento
EDP	11180000610234	40,93 €	03/01/2019
EDP	11180000610222	58,16€	03/01/2019
NOS Comunicações S.A.	201803/403656	79,70 €	06/01/2019
Be Water	62755	23,15 €	07/01/2019

---- O Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada também de 27 de dezembro

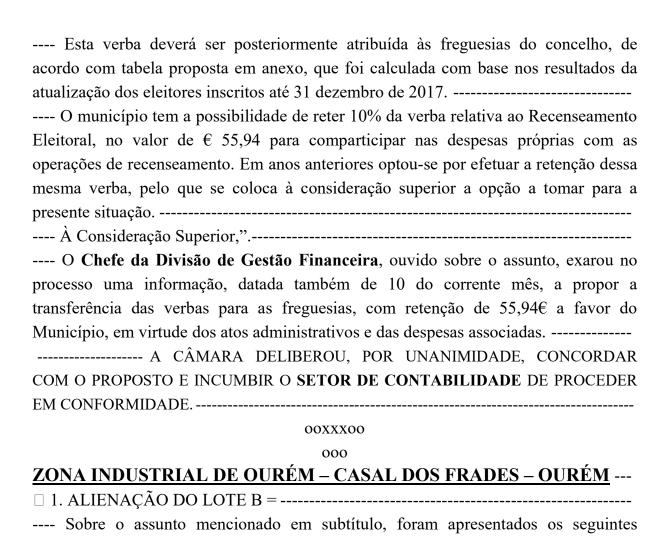




Fornecedor	N.º Documento	Valor	Data vencimento
Tagusgás - Gás Natural	84798	365,79 €	11/01/2019
Tagusgás - Gás Natural	84812	937,19 €	11/01/2019
Tagusgás - Gás Natural	84811	689,52 €	11/01/2019
Tagusgás - Gás Natural	84810	228,34 €	11/01/2019
Securitas	18045578	155,12 €	12/01/2019
Securitas	18045579	193,01 €	12/01/2019
Securitas	18045580	209,65 €	12/01/2019
Securitas	18045664	170,90 €	12/01/2019
Securitas	18045657	208,24 €	12/01/2019
Tagusgás - Propano S.A.	44075	1 667,22 €	13/01/2019
Tagusgás - Propano S.A.	44070	1 419,04 €	13/01/2019

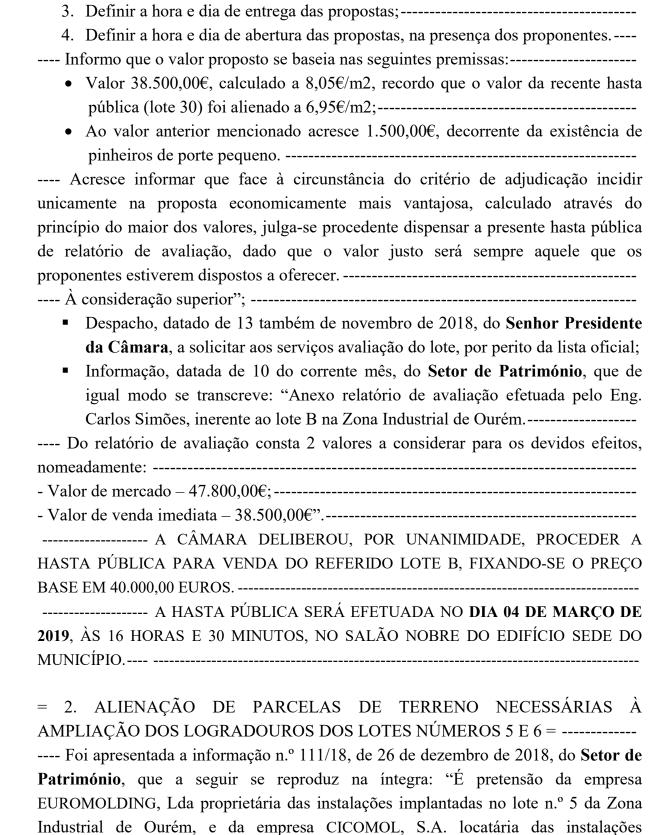


deste Município, a transferência de verbas relativas ao Recenseamento Eleitoral 2018, no montante de € 559,39. -----

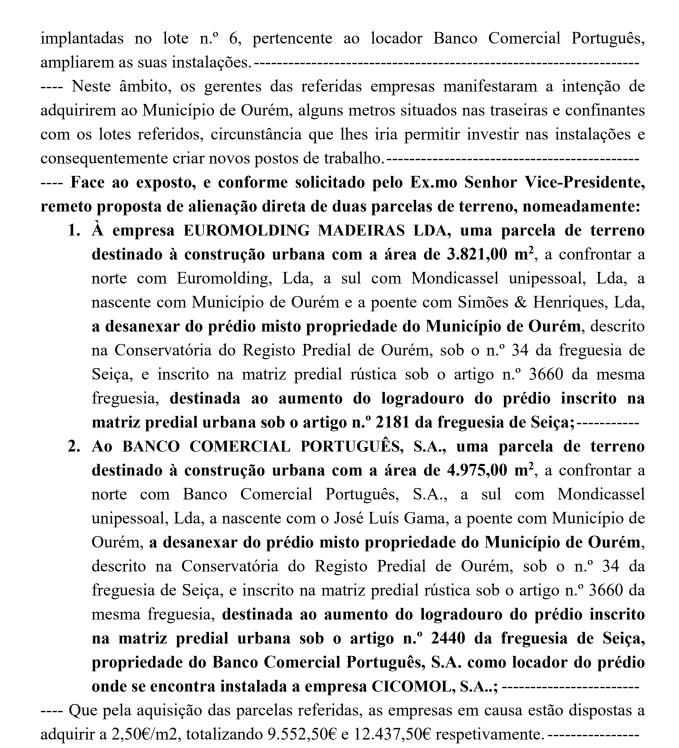


1. Abrir procedimento de alienação do lote n.º B, pelo valor base de 40.000,00€;--

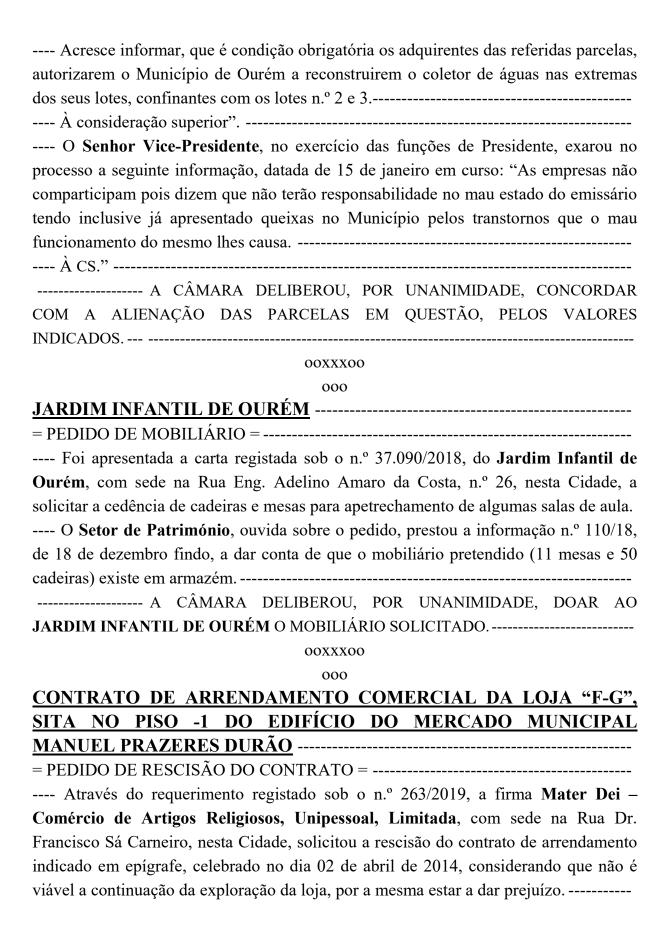
2. Aprovar o programa de concurso, onde se encontram expressas as normas e condições gerais a que devem obedecer o concurso; ------

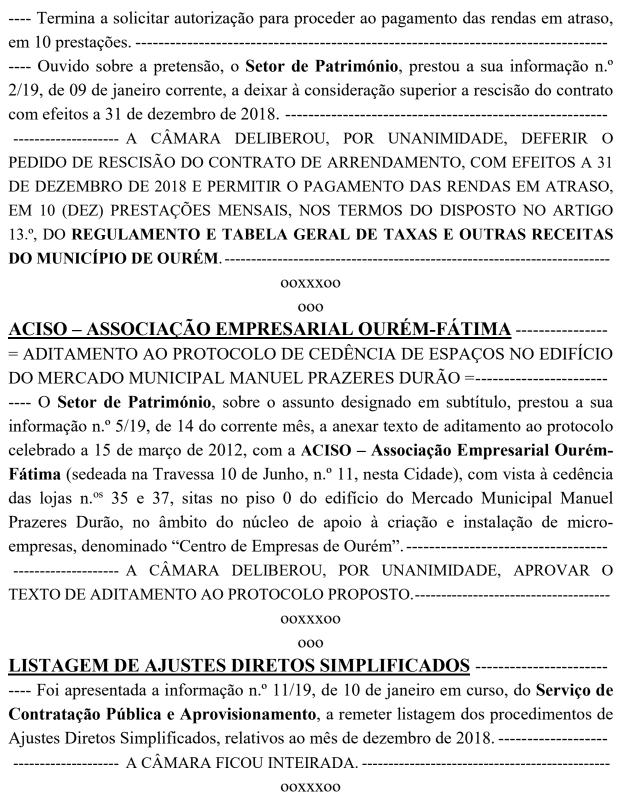






---- Cumpre-me informar, que o valor/m2 proposto não poderá ser comparado ao valor/m2 como se de um lote se tratasse, dada a circunstância das parcelas a alienar não possuírem inscrição própria na matriz predial, necessitarem de desaterro de terras bastante volumoso e de um novo muro de contenção de terras.-----

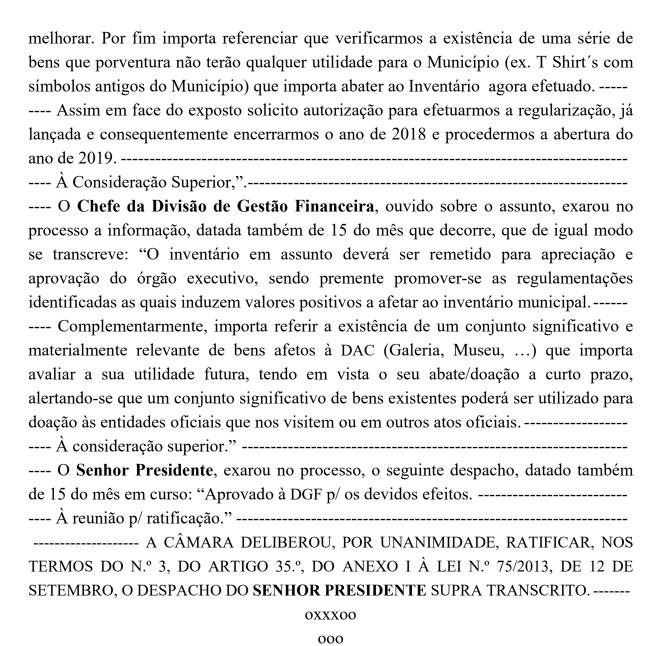




= RESULTADOS APURADOS =
Contratação Pública e Aprovisionamento, prestou a informação n.º 24/19, de 15 do corrente mês, que se passa a transcrever: "Parte 1
corrente mês, que se passa a transcrever: "Parte 1
No âmbito da realização do inventário aos Armazéns Municipais (armazém municipal - estaleiro e armazém de economato) que decorreu nos dias 3 e 4 de janeiro de 2018 foram apuradas as diferenças constantes dos mapas em anexo. Estas diferenças já se encontram lançadas na aplicação, e estão reunidas as condições para se poder encerrar o ano
municipal - estaleiro e armazém de economato) que decorreu nos dias 3 e 4 de janeiro de 2018 foram apuradas as diferenças constantes dos mapas em anexo. Estas diferenças já se encontram lançadas na aplicação, e estão reunidas as condições para se poder encerrar o ano
de 2018 foram apuradas as diferenças constantes dos mapas em anexo. Estas diferenças já se encontram lançadas na aplicação, e estão reunidas as condições para se poder encerrar o ano
diferenças já se encontram lançadas na aplicação, e estão reunidas as condições para se poder encerrar o ano
poder encerrar o ano
Colaboram na realização do Inventário os seguintes colaboradores do Município: Do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento: Paulo Oliveira, Natália Santos, Cristina Vieira, Júlia Dias, Eva Reis, Marco Ferreira e Maria do Céu Morgado; - Da Divisão de Obras Municipais: Alfredo Silva e António Ribeiro
- Do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento: Paulo Oliveira, Natália Santos, Cristina Vieira, Júlia Dias, Eva Reis, Marco Ferreira e Maria do Céu Morgado; - Da Divisão de Obras Municipais: Alfredo Silva e António Ribeiro
Santos, Cristina Vieira, Júlia Dias, Eva Reis, Marco Ferreira e Maria do Céu Morgado; - Da Divisão de Obras Municipais: Alfredo Silva e António Ribeiro Sobre os resultados apurados importa referir que as divergências encontradas resultam essencialmente do facto de terem sido introduzidos bens no armazém, que aquando da aquisição era não expectável que isso viesse a acontecer. Essencialmente tratam-se de bens, necessários à atividade do Município, resultantes da internalização de vários serviços que vinham a ser executados pela empresa municipal OuremViva EEM
- Da Divisão de Obras Municipais: Alfredo Silva e António Ribeiro
Sobre os resultados apurados importa referir que as divergências encontradas resultam essencialmente do facto de terem sido introduzidos bens no armazém, que aquando da aquisição era não expectável que isso viesse a acontecer. Essencialmente tratam-se de bens, necessários à atividade do Município, resultantes da internalização de vários serviços que vinham a ser executados pela empresa municipal OuremViva EEM
resultam essencialmente do facto de terem sido introduzidos bens no armazém, que aquando da aquisição era não expectável que isso viesse a acontecer. Essencialmente tratam-se de bens, necessários à atividade do Município, resultantes da internalização de vários serviços que vinham a ser executados pela empresa municipal OuremViva EEM
aquando da aquisição era não expectável que isso viesse a acontecer. Essencialmente tratam-se de bens, necessários à atividade do Município, resultantes da internalização de vários serviços que vinham a ser executados pela empresa municipal OuremViva EEM
tratam-se de bens, necessários à atividade do Município, resultantes da internalização de vários serviços que vinham a ser executados pela empresa municipal OuremViva EEM
de vários serviços que vinham a ser executados pela empresa municipal OuremViva EEM
EEM
Apresenta-se os valores apurados em cada um dos armazéns municipais, conforme quadros anexos à presente informação:
quadros anexos à presente informação:
- Armazém Municipal Estaleiro: 4.659,16 € (quatro mil, seiscentos e cinquenta e nove euros e dezasseis cêntimos positivos);
euros e dezasseis cêntimos positivos);
- Armazém de Economato: 205,84 € (duzentos e cinco euros e oitenta e quatro cêntimos positivos);
cêntimos positivos);
Parte 2
No dia 10 de janeiro de 2019, quando nos preparávamos para efetuar a presente
informação de forma a podermos propor o encerramento do ano de 2018, a abertura do
ano de 2019 e dar seguimento aos vários pedidos existentes, fomos confrontados com
a necessidade de inventariarmos os bens provenientes da extinta empresa municipal
OuremViva EMSA e se encontram nas Piscinas Municipais de Caxarias e Ourém, na
Galeria Municipal, na Casa do Administrador e no antigo pavilhão, localizado na Zona
Industrial de Casal dos Frades.
As contagens decorreram no dia 11 de janeiro de 2019 tendo sido apurados os valores constantes dos mapas em anexo. Importa referenciar que para além dos os



bens que transitaram da empresa municipal OuremViva EMSA, foi apurada uma quantidade significativa de bens que carecem de ser contabilizadas e que não constavam dos nossos registos. Foi tudo contabilizado e lançado na aplicação, estando na presente data reunidas as condições para se poder encerrar o ano. Note-se que no valor apresentado está incluído o valor dos bens que transitaram da empresa municipal OuremViva EMSA, e dos bens que não se encontravam inventariados. Em articulação com os vários serviços intervenientes foram criados três novos armazéns: Piscina Ourém, Piscina Caxarias e Armazém DAC. Por fim refira-se que relativamente aos bens provenientes da empresa municipal OuremViva EMSA, não foram apuradas diferenças significativas relativamente às quantidades de bens constantes no último inventário disponibilizado pela OurémViva EMSA. Refira-se a existência da mesma tipologia de bens nas listagens provenientes da empresa municipal e nas nossas instalações à guarda da Divisão de Ação Cultural e quando procedemos à contagens os bens tinham sido juntos. --------- Colaboram na realização do Inventário os seguintes colaboradores do Município: -- Do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento: Bruno Ribeiro, Paulo Oliveira, Natália Santos, Cristina Vieira, Júlia Dias e Marco Ferreira; ------- Da antiga empresa municipal OuremViva EMSA, Susana Cavaco Silvestre. ---------- Apresenta-se os valores apurados em cada um dos armazéns municipais, conforme quadros anexos à presente informação: ------- Armazém Piscina de Ourém: 212,84 € (duzentos e doze euros e oitenta e quatro cêntimos positivos); ------- Armazém Piscina de Caxarias: 426,88 € (quatrocentos e vinte e seis euros e oitenta e oito cêntimos positivos);------ Armazém DAC: 89.764,54 (oitenta e nove mil, setecentos e sessenta e quatro euros e cinquenta e quatro cêntimos positivos) ---------- Conclusão --------- Da análise dos resultados apresentados, verifica-se um valor substancialmente elevado, resultante da afetação de bens aos armazéns municipais, quer os resultantes da extinção da empresa municipal, quer dos bens que se encontravam à guarda da Divisão de Ação Cultural e que nunca tinham sido contabilizados. Relativamente aos restantes, as diferenças conforme mencionado anteriormente não são muito significativas embora reconheça que se tratou de um ano atípico com a extinção da empresa municipal e com a internalização dos vários serviços no Município. Entendo que estas diferenças se devem sobre tudo a erros de lançamento ou de identificação dos bens no momento em que são registadas as saídas dos bens, situação que urge



<u>P129/2018 – REABILITAÇÃO DO CINE-TEATRO MUNICIPAL DE</u> OURÉM -----

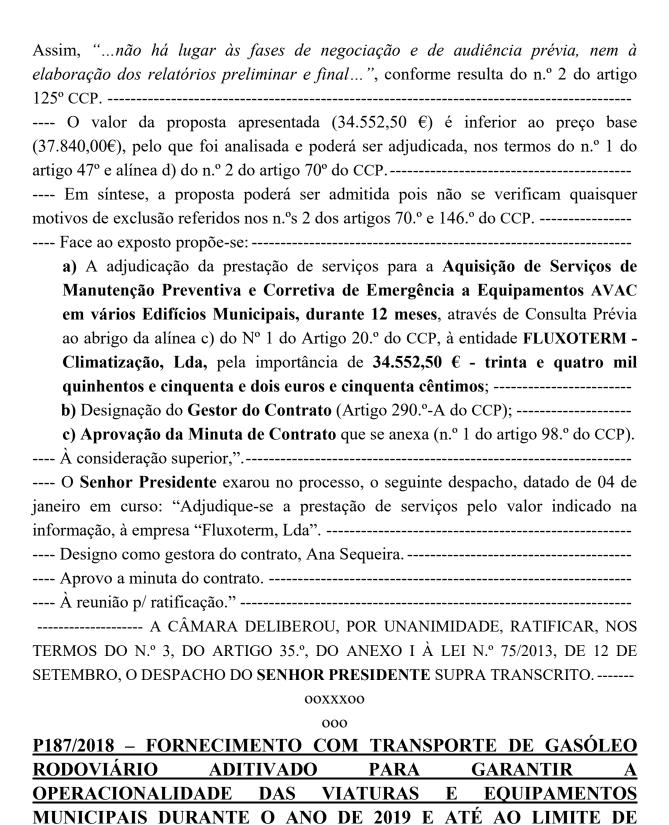


---- Nos termos da alínea c) do ponto 8.1 do Programa do Procedimento o concorrente é obrigado a proceder à "Entrega de documentos sobre os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se "Documentação técnica que contenha informação vincule", nomeadamente detalhada de todas as principais propriedades e características técnicas dos materiais e equipamentos propostos pelo concorrente, especificando modelo e marca, com evidência do cumprimento dos pressupostos técnicos considerados no Projeto e Caderno de Encargos e outra documentação facultativa que o concorrente considere necessária para explicitar o conteúdo e a valia da sua proposta, nomeadamente para as especialidades de...Mecânica de Cena, Eletricidade, Acústica e AVAC".----------- Atendendo à especificidade técnica da análise aos documentos atrás referidos e conforme permitido pelo n.º 6 do artigo 68.º do CCP, julga-se ser conveniente a designação de perito / consultor, sugerindo-se o gabinete projetista da presente empreitada, para apoiar este júri no exercício das suas funções. ---------- A autorização atrás referida deverá ser efetuada pelo órgão competente para a decisão de contratar." ------------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR A ATA DO JÚRI ACIMA TRANSCRITA **DESIGNAR** COM E PERITO/CONSULTOR, O GABINETE PROJETISTA DA EMPREITADA EM APREÇO.-ooxxxoo

000

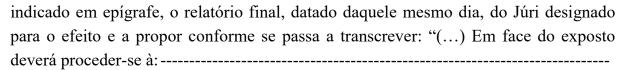
<u>P181/2018 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EMERGÊNCIA A EQUIPAMENTOS AVAC EM VÁRIOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS, DURANTE 12 MESES</u>---

---- Apresentada apenas uma proposta, os procedimentos para a formação dos contratos não necessitam de ser conduzidos por um júri (n.º 1 do artigo 67º do CCP).



150.000,00€ -----

---- Foi apresentada a informação n.º 21/19, de 15 do mês em curso, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a anexar, no âmbito do procedimento



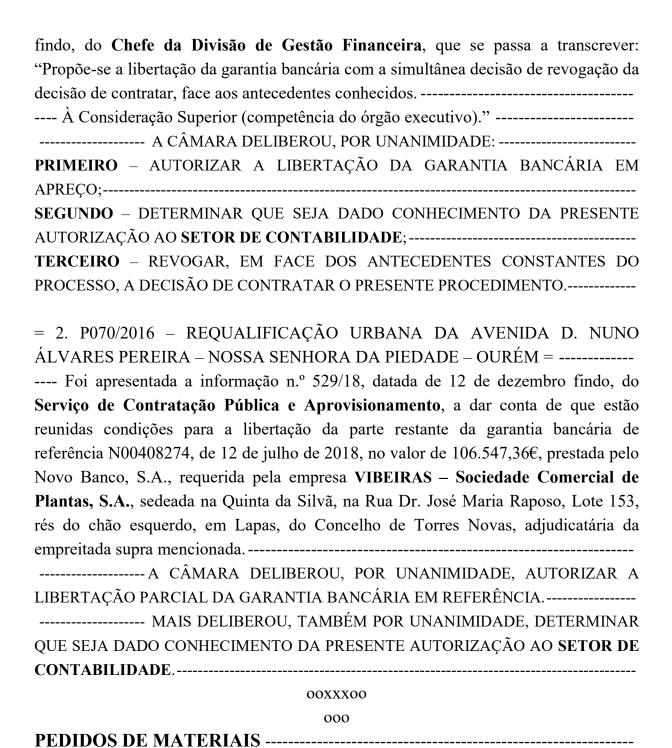
- a) Adjudicação do fornecimento ao concorrente Repsol Portuguesa, S.A., que apresentou uma proposta de desconto sobre o preço/litro de 0,163 € (zero, cento e sessenta e três euros), devendo assegurar a continuidade do fornecimento da totalidade do bem, durante o ano de 2019, ou os litros possíveis, nunca podendo ultrapassar o valor contratual de 150.000,00 euros;
- **b)** Aprovação da **Minuta de Contrato** que se anexa (n.º 1 do artigo 98.º do CCP);
- c) Designação do Gestor do Contrato, nos termos do Artigo 290.º-A do CCP."--------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: ------PRIMEIRO – APROVAR O RELATÓRIO FINAL DO JÚRI E ADJUDICAR O "P187/2018 **FORNECIMENTO COM TRANSPORTE** DE GASÓLEO RODOVIÁRIO ADITIVADO PARA GARANTIR A OPERACIONALIDADE DAS VIATURAS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS DURANTE O ANO DE 2019 E ATÉ AO LIMITE DE 150.000,00€", À EMPRESA REPSOL PORTUGUESA, S.A., QUE APRESENTOU UMA PROPOSTA DE DESCONTO SOBRE O PREÇO/LITRO DE 0,163 EUROS, DEVENDO SER ASSEGURADO O FORNECIMENTO DA TOTALIDADE DO BEM, OU SEJA OS LITROS POSSÍVEIS, NUNCA ULTRAPASSANDO O VALOR CONTRATUAL DE 150.000,00 EUROS; ------SEGUNDO – APROVAR A REFERIDA MINUTA DO CONTRATO QUE AQUI SE DÁ COMO REPRODUZIDA; ------TERCEIRO – DESIGNAR COMO GESTOR DO CONTRATO O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO BRUNO MARTINHO

FREIRE RIBEIRO. -----ooxxxoo

000

<u>LIBERTAÇÃO DE GARANTIAS BANCÁRIAS</u> -----

- = 1. P010/2012 E.N. 113-1 BENEFICIAÇÃO DO TROÇO ENTRE OLAIA E ESTREMADOURO (LIMITE DO CONCELHO) TRAÇADO DA VARIANTE JUNTO À QUINTA DE SEIÇA = -------
- ---- Na sequência de reunião realizada no dia 31 de outubro de 2018, no Gabinete da Presidência, com o **Senhor Eng.º Júlio Lopes** (representante da empresa Construções Júlio Lopes, S.A., adjudicatária da empreitada supra referida), a solicitar a libertação da garantia bancária n.º 962300488008852, do valor de 19.548,46€, prestada no âmbito da daquela empreitada, foi apreciada a informação, datada de 13 de dezembro



---- 1. No seguimento da carta registada sob o n.º 29.446/2017, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, a remeter os requerimentos dos munícipes que a seguir se identificam, referentes a pedidos de cedência de calçada e face à informação n.º 733/17, de 27 de novembro de 2017, da então Divisão de Obras Municipais, a anexar mapa de medições e estimativa orçamental, no valor total de 1.774,60€, por despacho, datado de 12 de dezembro de 2017, do **Senhor Presidente**

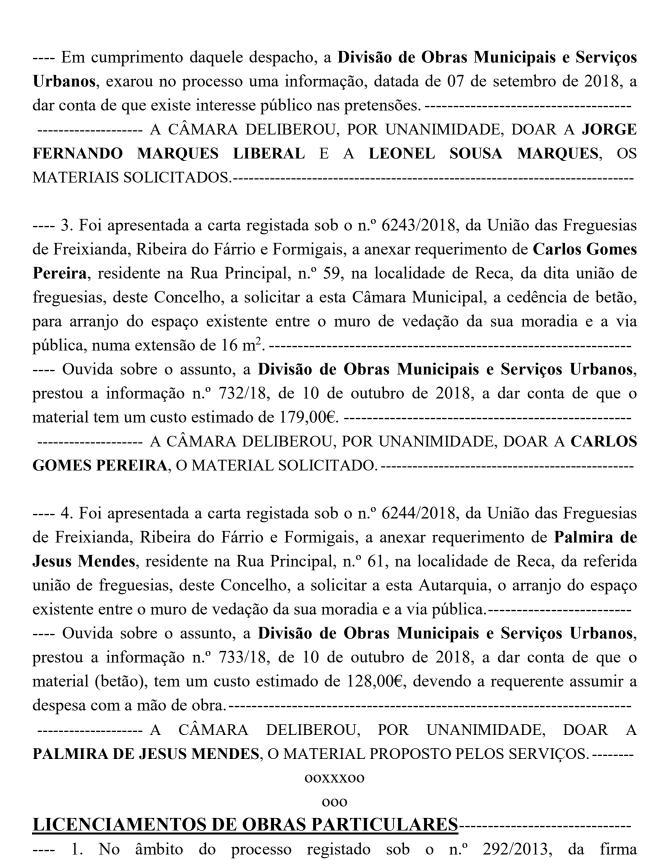


da Câmara, foi solicitado àquela divisão, que informasse se o material pretendido era o adequado para os locais:-----

- Rita Gonçalves Neves, residente na Rua da Portela, n.º 8 Abades, a requerer a cedência de calçada, para arranjo do espaço existente entre o muro de vedação da sua habitação e a via pública, numa extensão de 93 m²; -------
- **Tiago Liberal Duarte**, residente na Rua da Portela, n.º 8A Abades, a requerer a cedência de calçada, para arranjo do espaço existente entre o muro de vedação da sua habitação e a via pública, numa extensão de 88 m²; -------
- Nelson Pontes Marques, residente na Rua da Portela, n.º 10 Abades, a requerer a cedência de calçada, para arranjo do espaço existente entre o muro de vedação da sua habitação e a via pública, numa extensão de 69 m².------

- - **Jorge Fernando Marques Liberal**, residente na Rua da Fonte, n.º 3A − Figueirinhas, a requerer a cedência de materiais, para arranjo do espaço existente entre o muro de vedação da sua habitação e a via pública, numa extensão de 130 m²; ------
 - **Leonel Sousa Marques**, residente na Rua N.ª Sr.ª das Candeias, n.º 4 Freixianda, a requerer a cedência de calçada, para arranjo do espaço existente entre o muro de vedação da sua habitação e a via pública, numa extensão de 90 m². ------





AGROPARREIRA – Sociedade Agrícola, Limitada, com sede na Rua Nossa Senhora da Penha de França, n.º 23, na localidade de Valada, da Freguesia de Seiça, deste

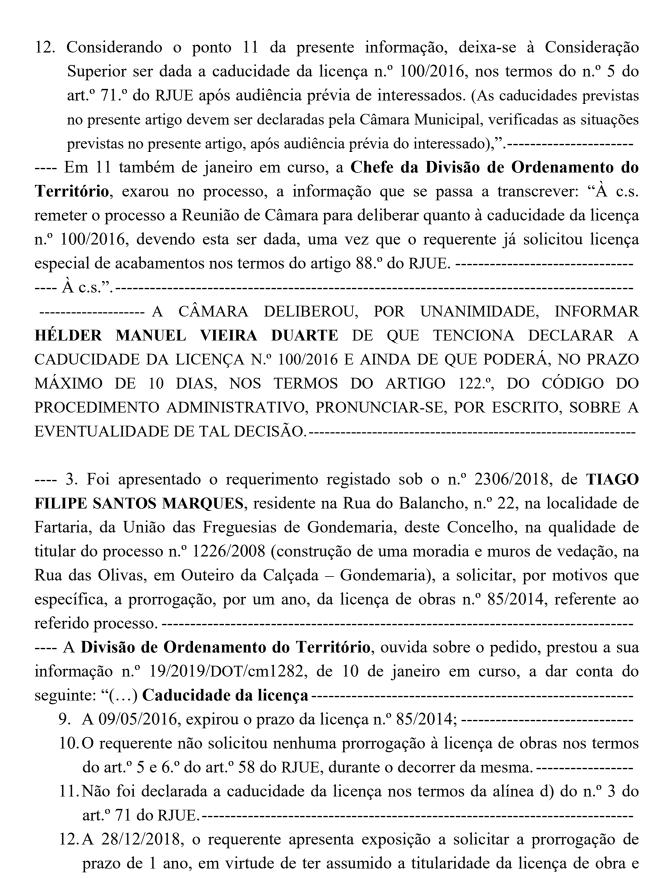


- Número 210/2018/DOT/cm0813, de 07 de dezembro findo, da **Divisão de Ordenamento do Território**, a referir que, até à presente data não houve qualquer pronúncia sobre a intenção de caducidade do processo e de que, nos termos do n.º 2, do artigo 71.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, deverá ser declarada a caducidade do mesmo; --------

------A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DECLARAR, NOS TERMOS DO N.º 2, DO ARTIGO 71.º, DO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, NA REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI N.º 136/2014, DE 09 DE SETEMBRO, A CADUCIDADE DO PROCESSO EM APREÇO.------

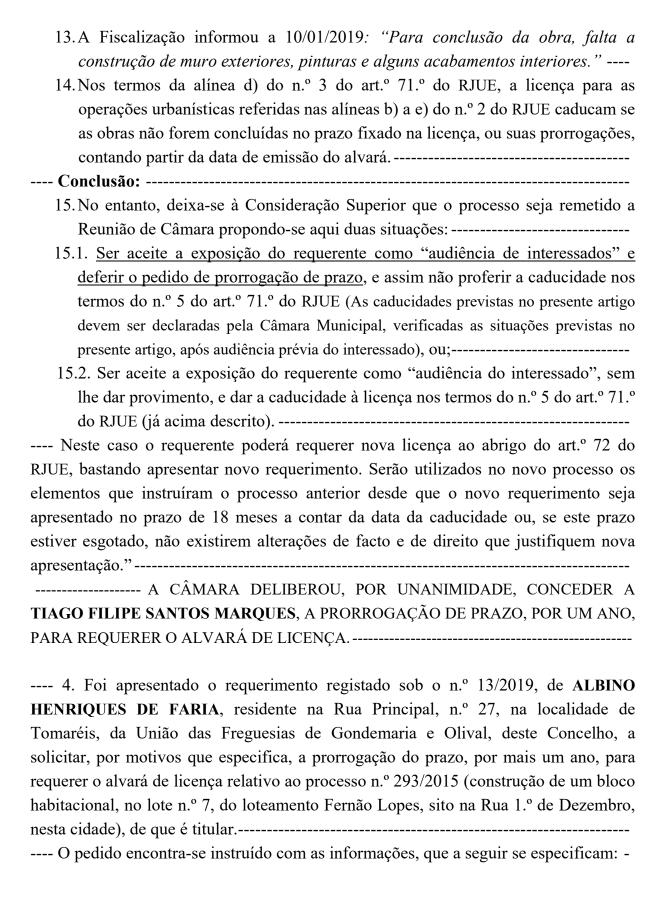
---- 2. No âmbito do processo n.º 61/2015, de que é titular HÉLDER MANUEL VIEIRA DUARTE, residente na Rua do Cruzeiro, n.º 37, no lugar de Pinheiro, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, deste Concelho (obras de ampliação/alteração da sua moradia e alteração de um anexo para pérgula em madeira, licenciadas ao licença n.º 100/2016), foi apresentada a informação 18/2019/DOT/cm1282, de 10 de janeiro em curso, da Divisão de Ordenamento do Território, que refere designadamente o seguinte: "(...) 11. A 17/09/2018, o requerente entrega pedido de licenciamento ao abrigo do art.º 88 do RJUE no âmbito de obras inacabadas. O pedido foi deferido por despacho do Sr. Vice-Presidente a 27/10/2018, tendo a pagar o valor de 80,15€. O deferimento foi comunicado pelo ofício n.º 39573/2018, com prazo para requerer a emissão do alvará de 1 ano, a terminar a 21/11/2019. ------

---- Conclusão: -----

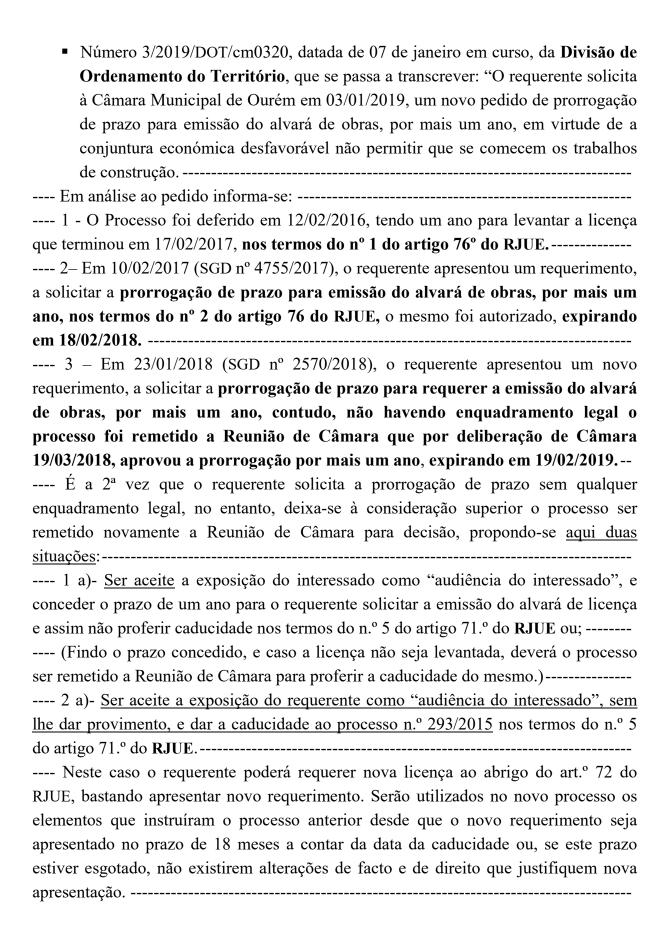


ter pago quantia avolumada à sua ex-companheira para comprar a sua parte. ----

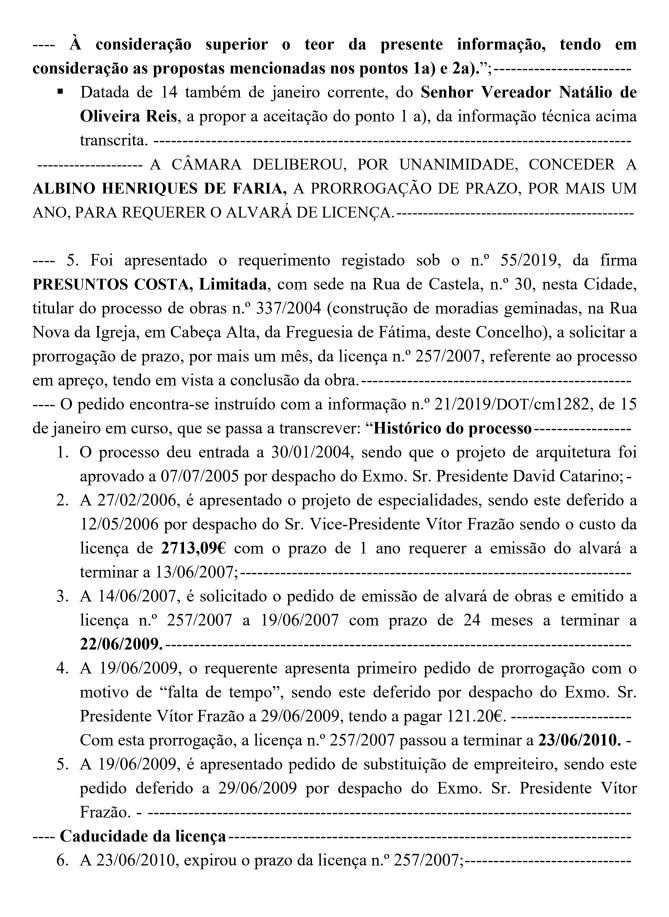




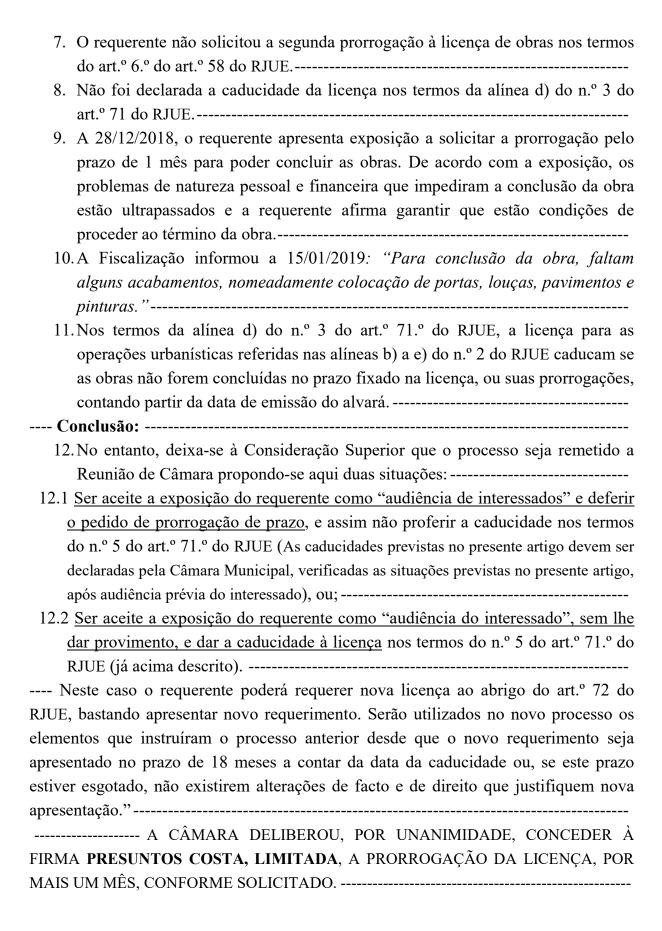






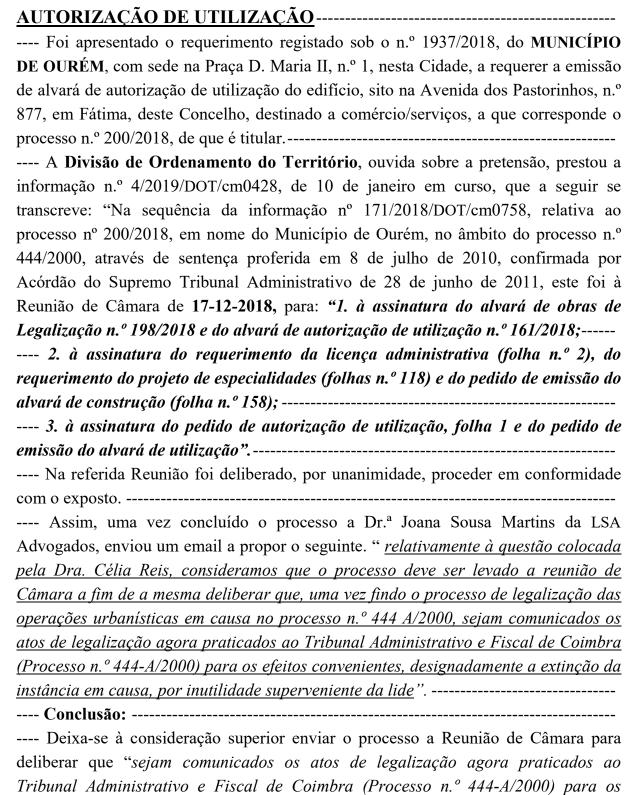


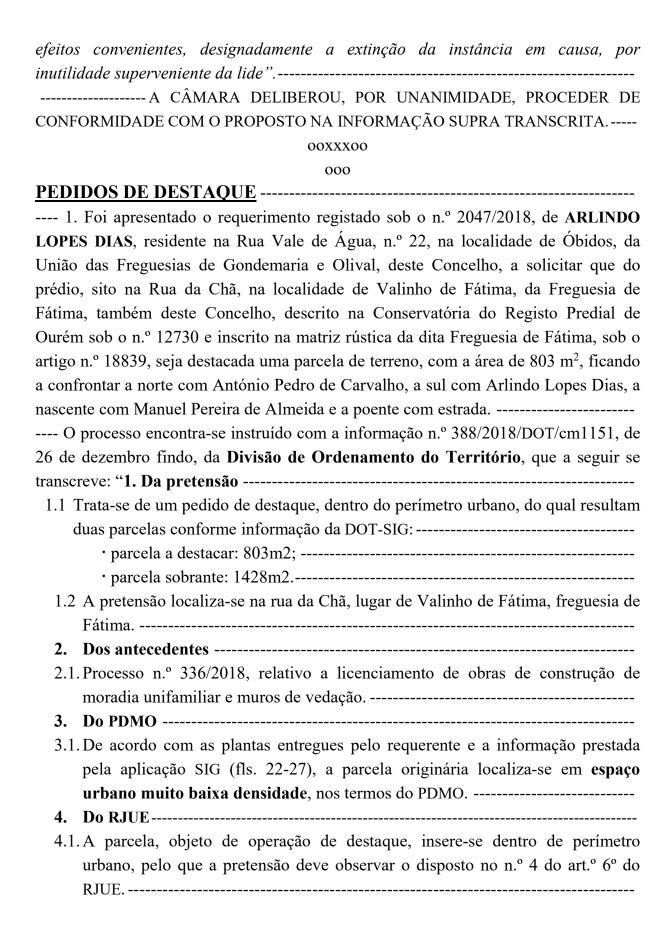




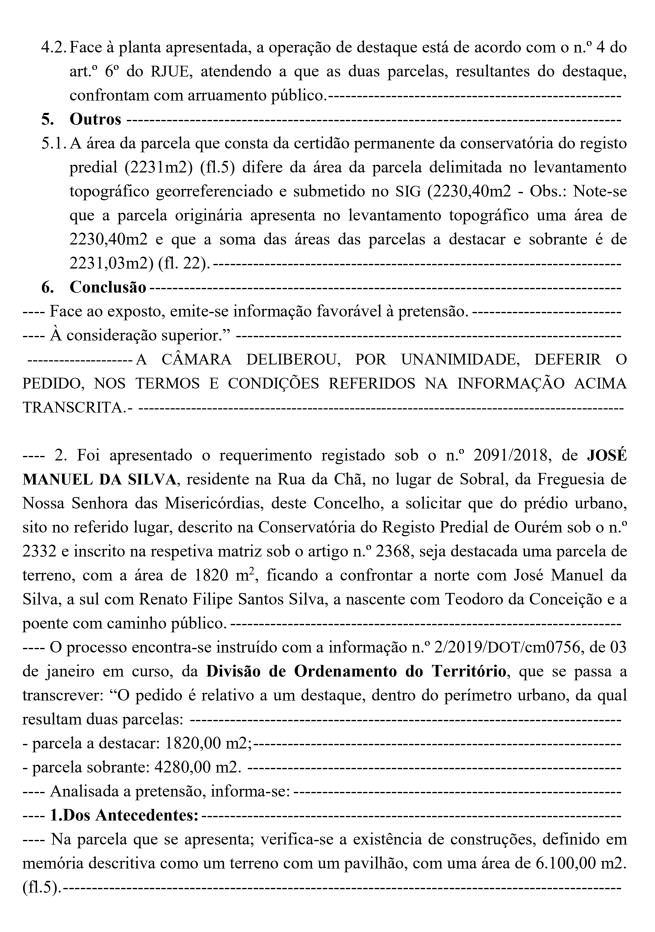


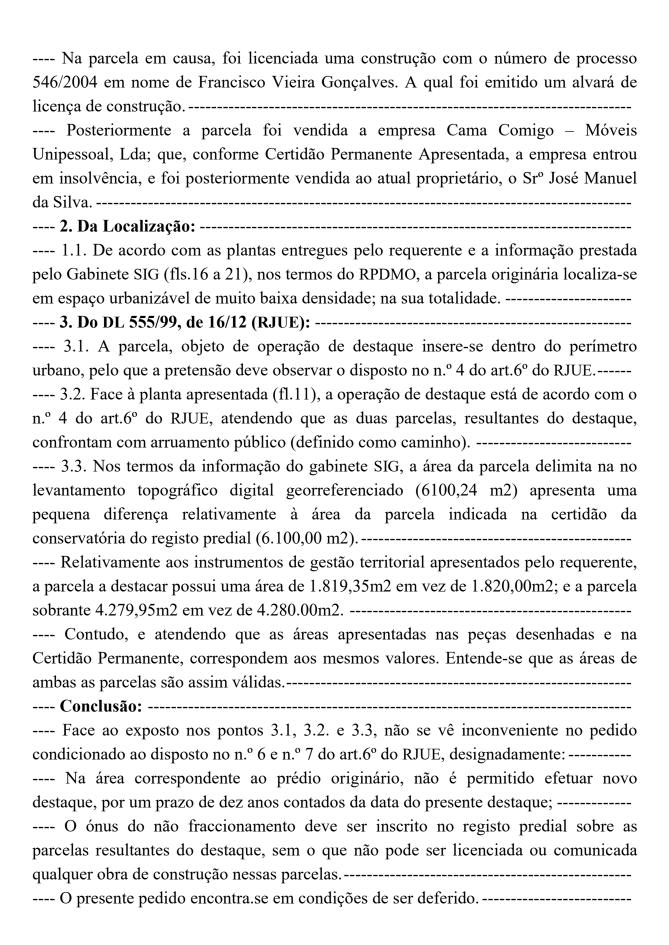
ooxxxoo

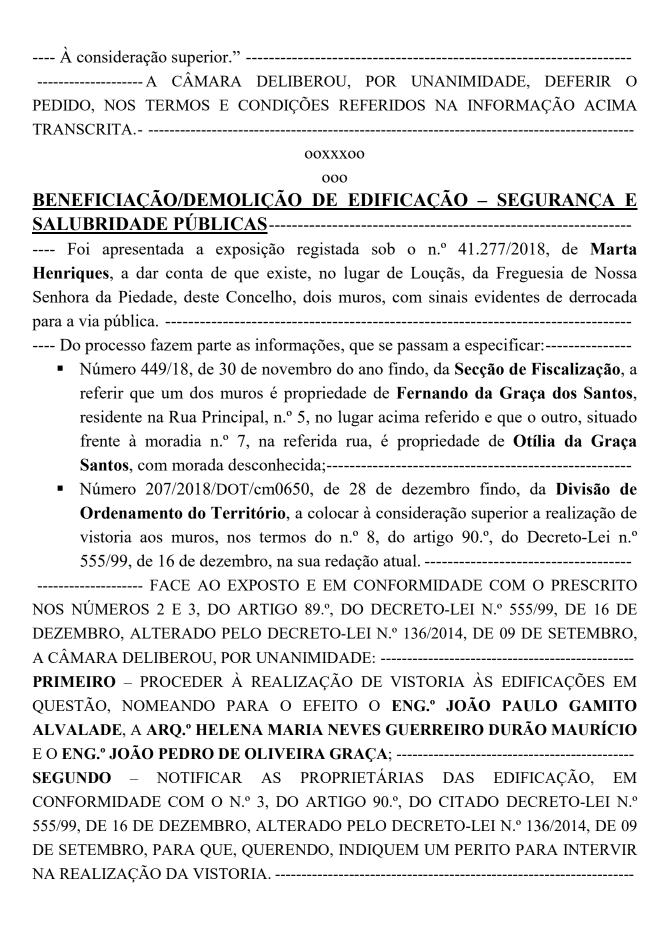














ooxxxoo

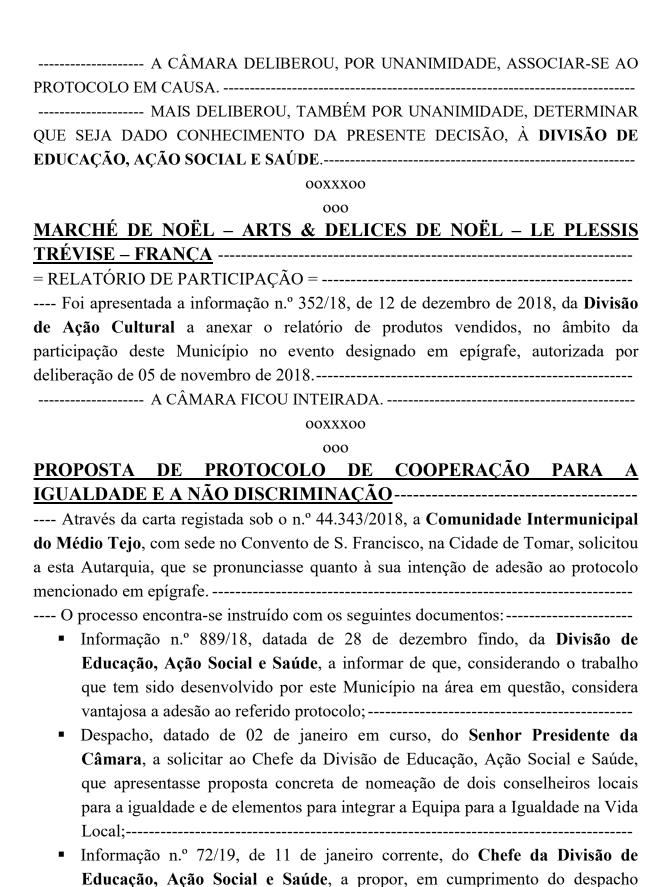
000

<u>PEDIDOS DE CEDÊNCIA DO CENTRO MUNICIPAL DE</u> EXPOSIÇÕES E DA PISCINA MUNICIPAL DE OURÉM-----

ooxxxoo

000

PROPOSTA DE ADESÃO AO PROTOCOLO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS COM A FUNDAÇÃO ORIENTE-----

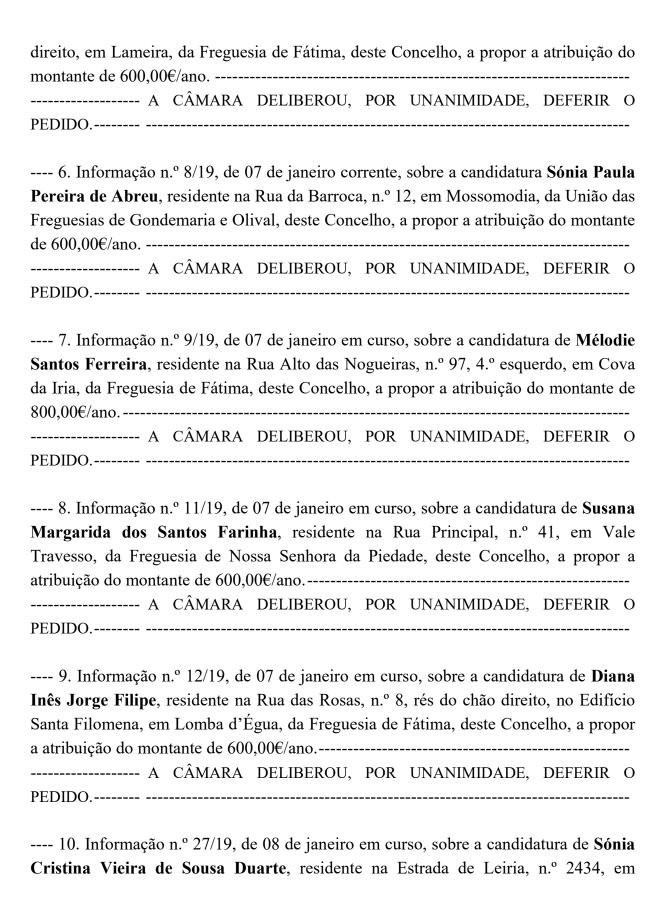


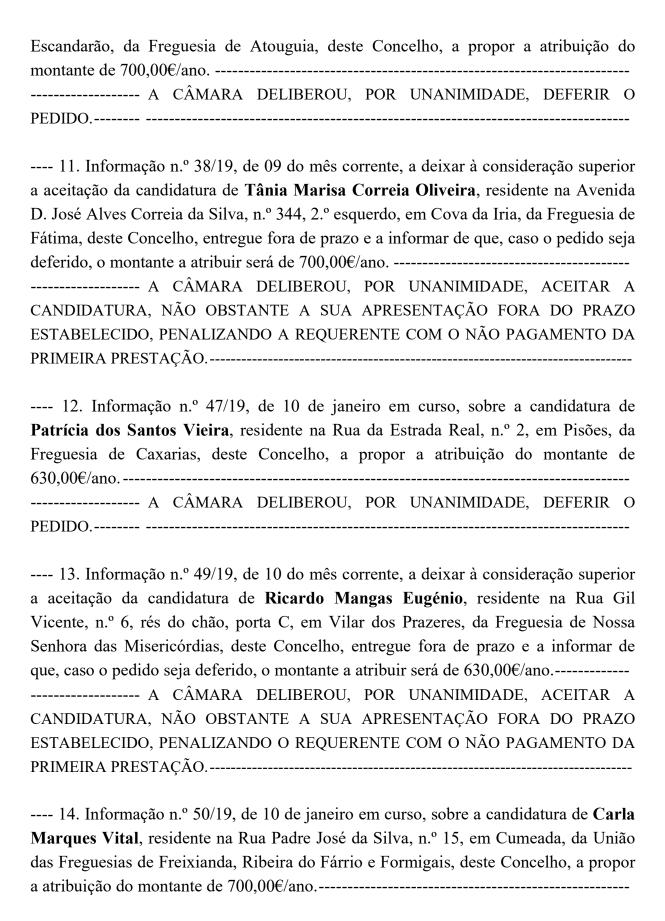
acima referido, conforme se passa a transcrever: "(...) vimos propor o seguinte:

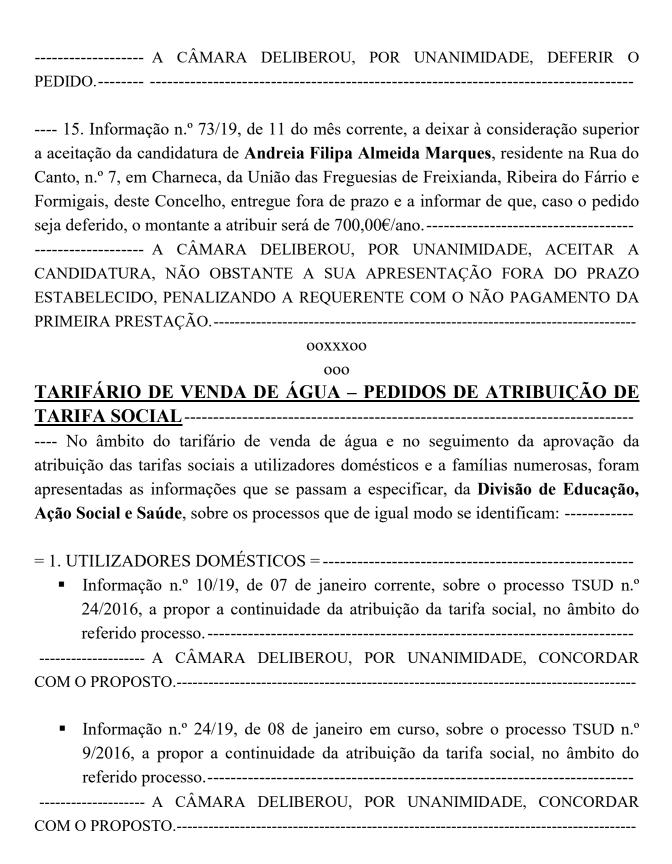
Ponto 1 - Nomeação de dois conselheiros locais para a igualdade
Conselheiro Interno (Contrato de trabalho em funções públicas e ocupando cargo
da direção na Câmara Municipal)
Chefe da DEASS - José António Costa Martins
Conselheiro Externo (com competência especializada na área do protocolo)
Dr. a Maria de Fátima Caetano Vieira Lopes
Ponto 2 – Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL de 5 a 10 elementos)
Presidente da Câmara Municipal de Ourém — Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque
Conselheiro Externo - Maria de Fátima Caetano Vieira Lopes
Chefe de Divisão da DEASS – José António Costa Martins
Até 3 Elementos articulados com a CIG (a designar pela CIG)
Poderá ainda integrar esta equipa caso Ex.mo Senhor Presidente da Câmara
assim o entender até 4 elementos da Assembleia Municipal tendo de pelo menos
um ser Presidente de Junta de Freguesia ()"
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE:
PRIMEIRO – CONCORDAR COM A ADESÃO AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO
PARA A IGUALDADE E A NÃO DISCRIMINAÇÃO;
${\bf SEGUNDO}-{\bf NOMEAR}~{\bf COMO}~{\bf CONSELHEIROS}~{\bf LOCAIS}~{\bf PARA}~{\bf A}~{\bf IGUALDADE};$
 O CHEFE DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE – JOSÉ
ANTÓNIO COSTA MARTINS (CONSELHEIRO INTERNO);
> MARIA DE FÁTIMA CAETANO VIEIRA LOPES (CONSELHEIRA
EXTERNA);
TERCEIRO – NOMEAR PARA INTEGRAR A EQUIPA PARA A IGUALDADE NA
VIDA LOCAL (EIVL):
➤ O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM — LUÍS MIGUEL
MARQUES GROSSINHO COUTINHO ALBUQUERQUE;
➤ A CONSELHEIRA EXTERNA – MARIA DE FÁTIMA CAETANO VIEIRA
LOPES;
 O CHEFE DE DIVISÃO DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E
SAÚDE – JOSÉ ANTÓNIO COSTA MARTINS
SHOPE GODE MITORIO COSTA MANTING.

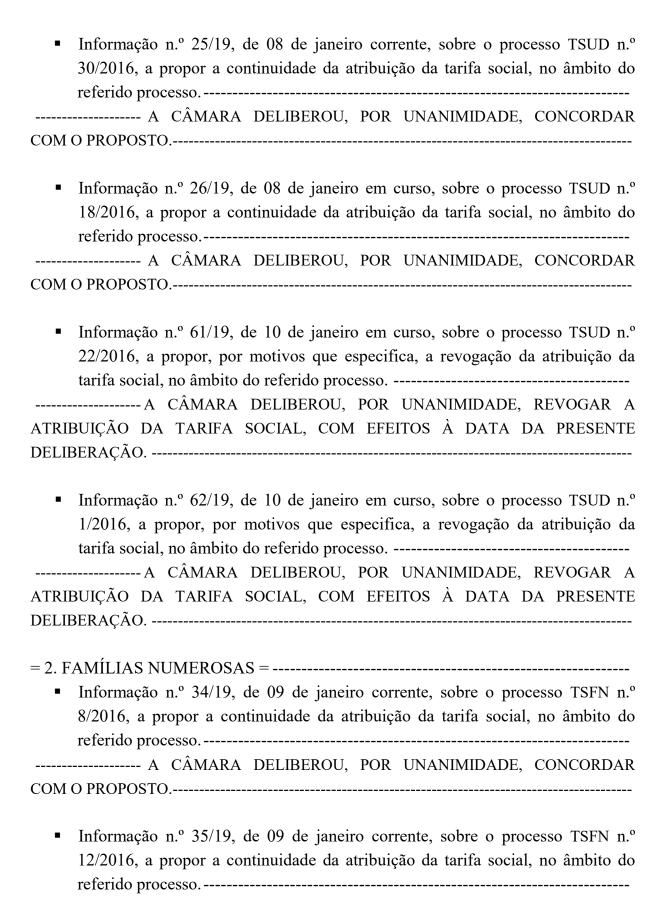
APOIO À NATALIDADE E À INFÂNCIA -----= ANÁLISE DE CANDIDATURAS =--------- No âmbito do Regulamento de Apoio à Natalidade e à Infância, foram apresentadas as informações, que se passam a especificar, da Divisão de Educação, Ação Social e Saúde, sobre as candidaturas, que de igual modo se identificam: --------- 1. Informação n.º 892/18, de 28 de dezembro findo, sobre a candidatura de Carina Filipa da Silva Vala, residente na Avenida Beato Nuno, n.º 428, 4.º andar, em Cova da Iria, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, a propor a atribuição do montante de 700,00€/ano.----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DEFERIR O PEDIDO.--------- 2. Informação n.º 893/18, de 28 de dezembro findo, sobre a candidatura de Elisa Reis Pereira, residente na Rua das Serradas, n.º 15, 1.º esquerdo, nesta Cidade, a propor a atribuição do montante de 450,00€/ano. ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DEFERIR O PEDIDO.--------- 3. Informação n.º 894/18, de 28 de dezembro findo, sobre a candidatura **Ana Célia** de Freitas Teixeira, residente na Rua da Quinta Nova, n.º 13, em Rio de Couros, da União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, deste Concelho, a propor a atribuição do montante de 700,00€/ano. ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DEFERIR O PEDIDO.--------- 4. Informação n.º 6/19, de 07 de janeiro em curso, sobre a candidatura de **Adriana** Lúcia Ferreira da Silva, residente na Rua Francisco Marto, n.º 115, 3.º esquerdo, em Cova da Iria, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, a propor a atribuição do montante de 700,00€/ano. ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DEFERIR O PEDIDO.--------- 5. Informação n.º 7/19, de 07 de janeiro em curso, sobre a candidatura de Carla

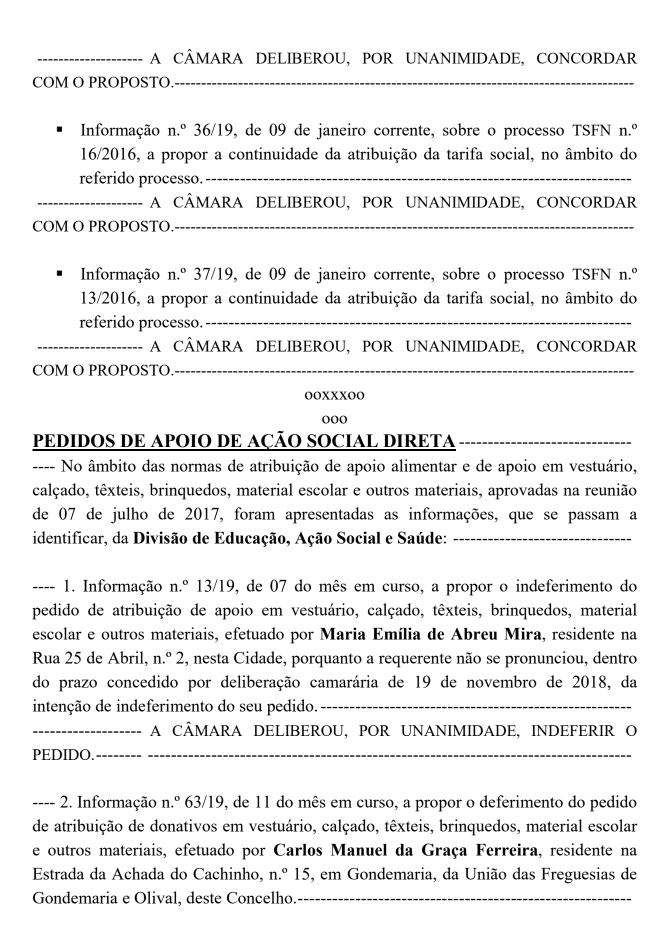
Marisa Monteiro Mendes, residente na Avenida dos Pastorinhos, n.º 625, 1.º frente



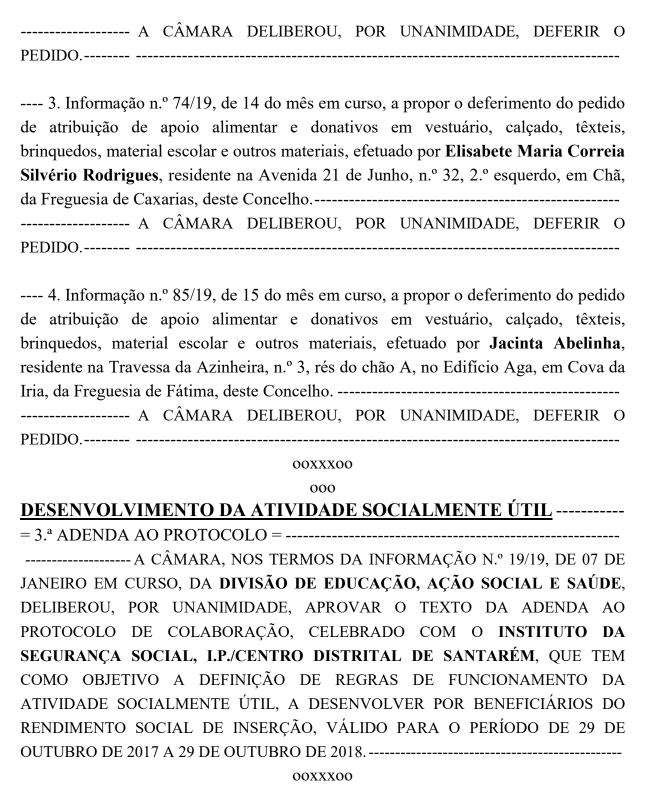




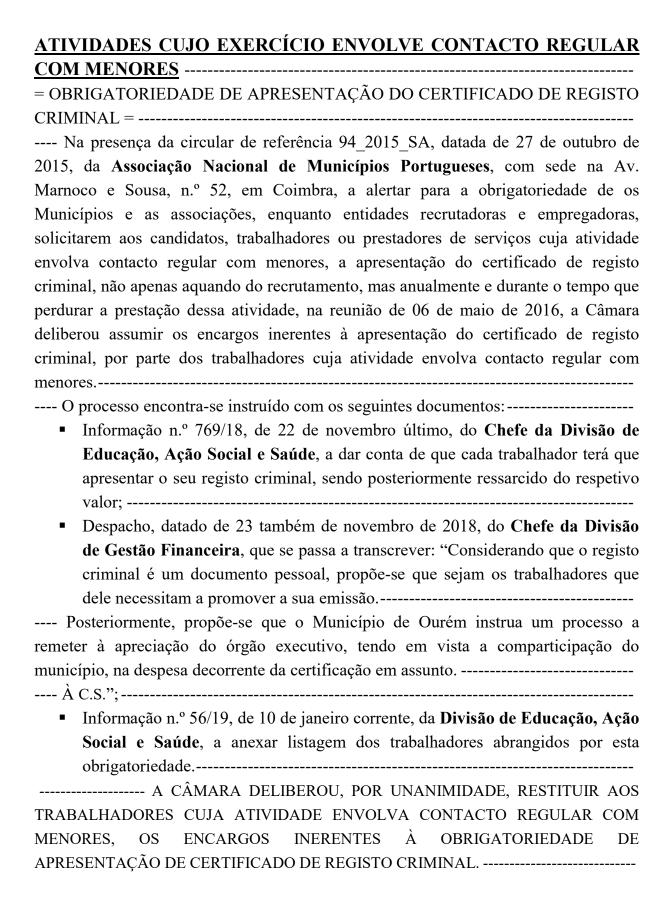








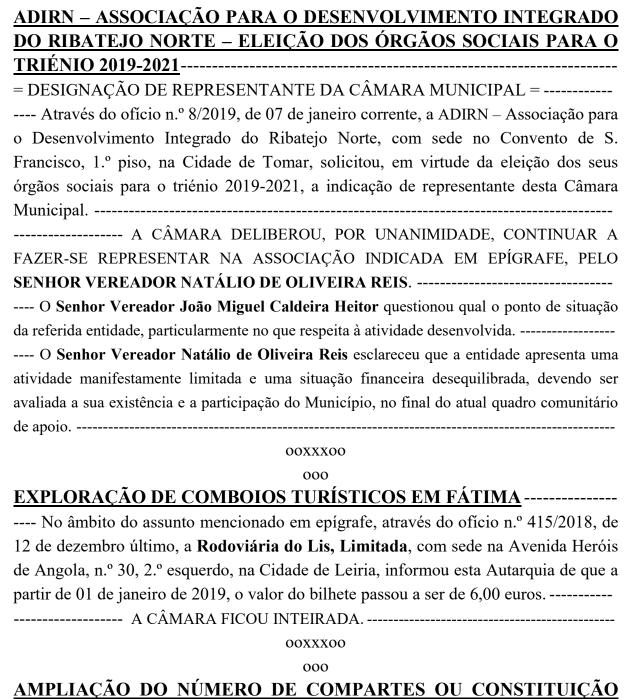




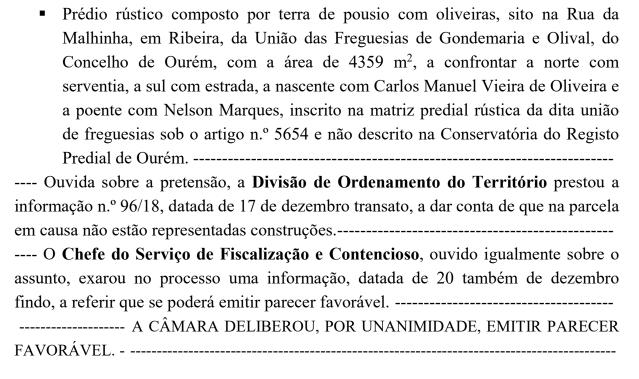


ooxxxoo

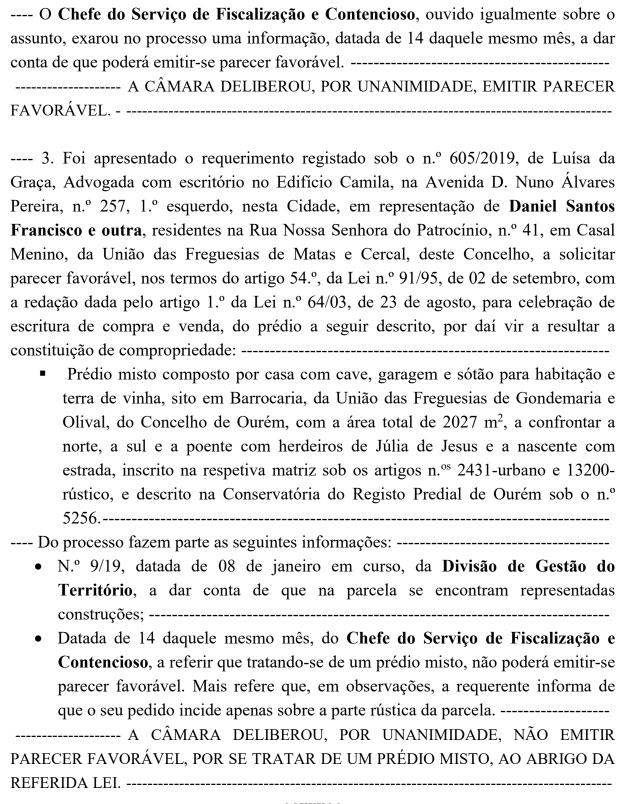
000



Lei n.º 64/03, de 23 de agosto, para celebração de escritura de doação, do prédio a seguir descrito, por daí vir a resultar a constituição de compropriedade:-----



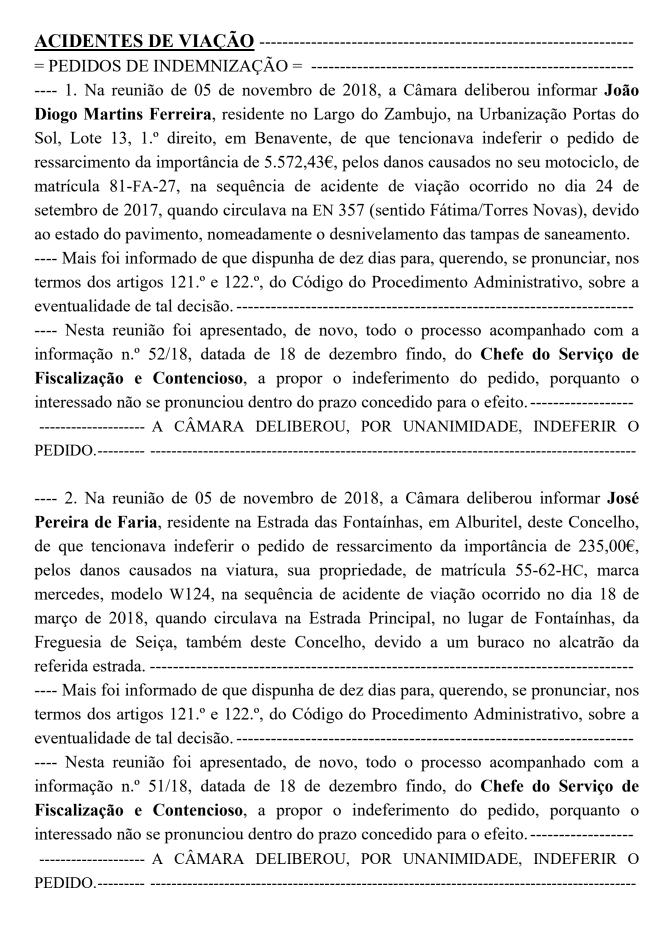
- ---- Ouvida sobre o pedido, a **Divisão de Ordenamento do Território** prestou a informação n.º 7/19, de 07 do mês corrente, a dar conta de que na parcela em causa não estão representadas construções. ------



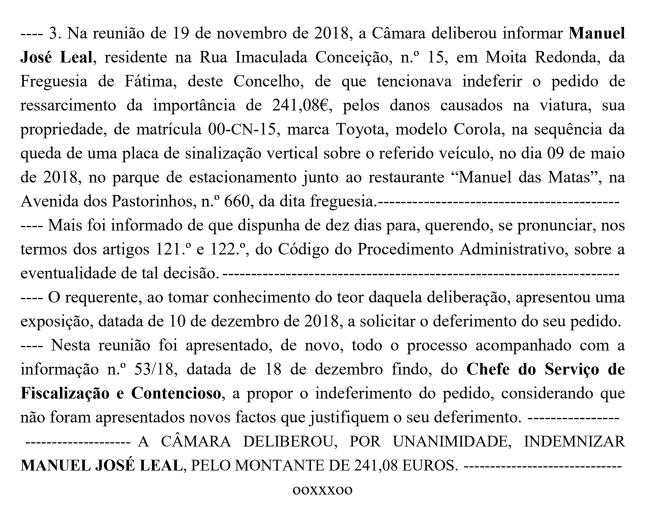


EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO URBANA DA AVENIDA D. JOSÉ ALVES CORREIA DA SILVA – PARTE B – TROÇOS ENTRE A PASSAGEM DESNIVELADA E AS ROTUNDAS NORTE E SUL INCLUSIVE, EM FÁTIMA" -----**PROCESSO** JUDICIAL N.º 1267/11.4BELRA-B – **TRIBUNAL** ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LEIRIA = ---------- No seguimento do processo judicial identificado em subtítulo, intentado pela firma Lena Engenharia e Construções, S.A., contra esta Autarquia, no âmbito da empreitada designada em título, na reunião de 17 de dezembro de 2018, a Câmara deliberou agendar reunião no Gabinete da Presidência com representantes da referida firma, com o objetivo de estabelecer acordo entre as partes. --------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com o Relatório de reunião, datado de 15 do corrente mês, subscrito pelo Senhor Presidente, a esclarecer o seguinte: "(...) Para que o processo continue, falta agora fixar o valor da indemnização. A empresa apresenta como valor a indemnizar a importância de €1.168.097,00, que terão que ser dirimidos em Tribunal.--------- Foi realizada, nesta data, reunião com o representante da empresa, tendo sido apresentada uma proposta de pagamento de 15% do valor solicitado pela empresa. -------- O representante da Lena, Engenharia e Construções, SA não aceitou o valor e contrapôs o valor de €584.049,00 que é metade do valor que a Lena, Engenharia e Construções, SA está a solicitar em Tribunal. --------- Mais informou que o valor a pagar poderia ser liquidado em prestações, solicitando, no entanto, que o valor da 1.ª prestação teria de ser um valor não inferior a €400.000,00.--------- Tendo em consideração que apenas tinha sido mandatado para propor o valor acima indicado, entende-se remeter o presente relatório à próxima reunião de Câmara para decisão final." ------------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, MANTER A PROPOSTA ANTERIORMENTE APRESENTADA PELO SEU PRESIDENTE À ----- MAIS DELIBEROU, TAMBÉM POR UNANIMIDADE, COMUNICAR À FIRMA LENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A., O TEOR DA PRESENTE DELIBERAÇÃO. ------









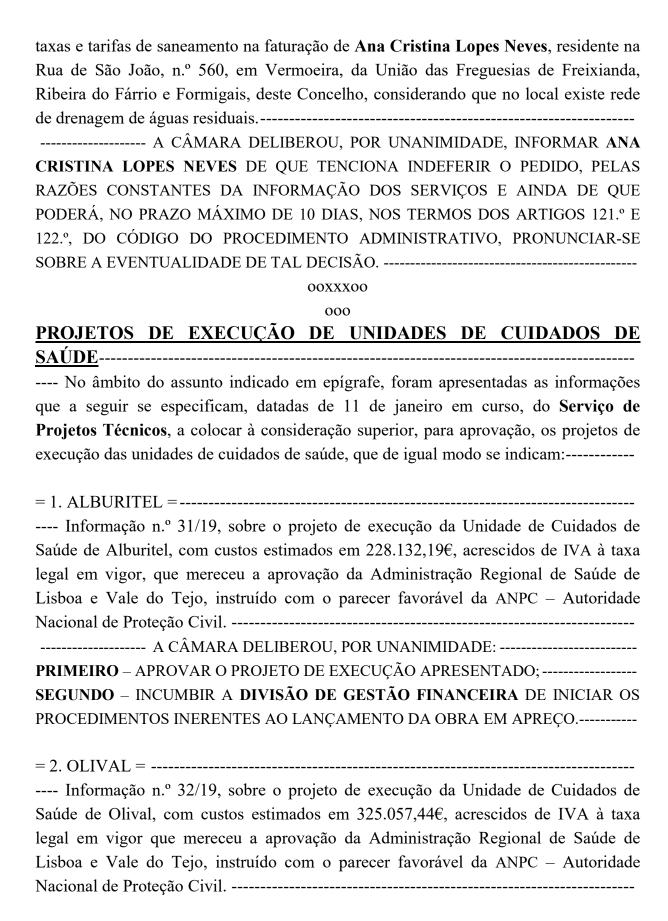
000

TAXAS DE

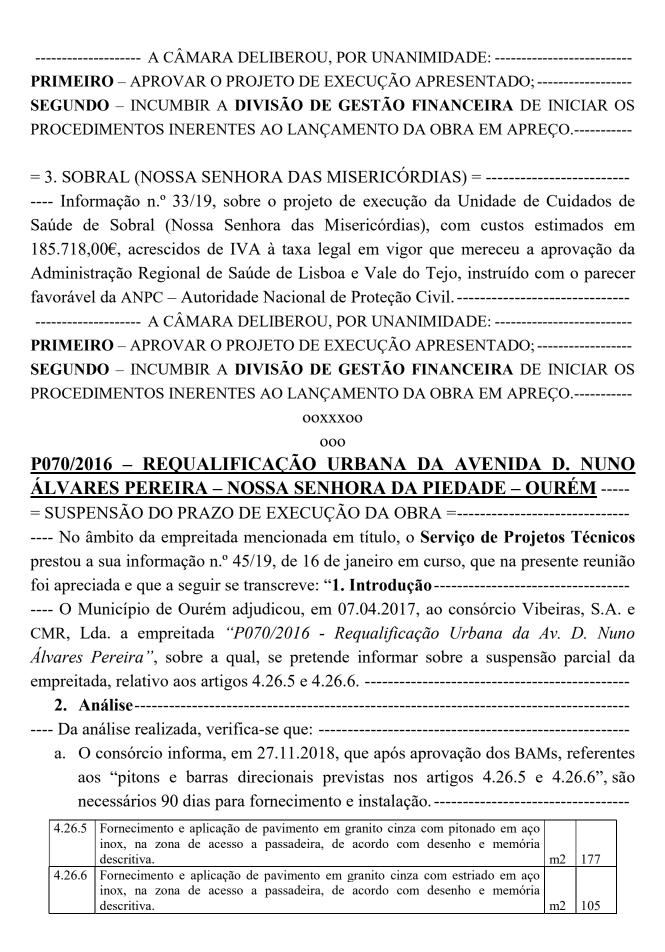
CONSERVAÇÃO DAS REDES E SISTEMA DE

----- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR COM O PROPOSTO E DEVOLVER A VERBA DE 8,06 EUROS, A **ANTÓNIO DIAS NEVES**.-----

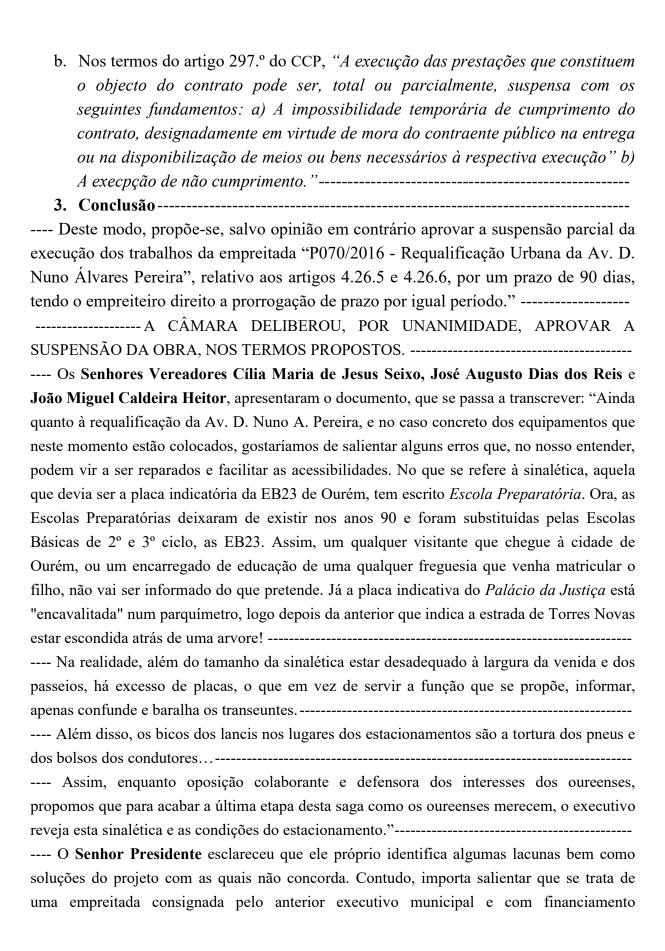
---- 2. Foi apresentada a informação n.º 6/19, de 03 do corrente mês, do **Serviço de Ambiente e Sustentabilidade**, a propor o indeferimento do pedido de anulação das











comunitário, razões pela qual, eventuais alterações a promover na sua execução, estão particularmente constrangidas face ao contexto legal aplicável e evidentemente desaconselháveis.-----

OOXXXOO OOO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE OURÉM = PROJETO DE EXECUÇÃO =
CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE OURÉM
= PROJETO DE EXECUÇÃO =
No âmbito do assunto referido em título, na reunião de 29 de janeiro de 2018, a Câmara deliberou solicitar à então Divisão de Obras Municipais, a reformulação do projeto de construção do canil/gatil, de acordo com as condições apresentadas pela Autoridade Médico-Veterinária Municipal (à data assim designada)
Câmara deliberou solicitar à então Divisão de Obras Municipais, a reformulação do projeto de construção do canil/gatil, de acordo com as condições apresentadas pela Autoridade Médico-Veterinária Municipal (à data assim designada)
Autoridade Médico-Veterinária Municipal (à data assim designada)
Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, acompanhado da
informação y 0 27/10. La 14 de igraine que supre de Corrige de Ducietos Técnicos
informação n.º 37/19, de 14 de janeiro em curso, do Serviço de Projetos Técnicos,
que a seguir se reproduz na integra: "I. INTRODUÇÃO
O Projeto que aqui se apresenta diz respeito ao projeto de execução relativo ao
canil/gatil municipal de Ourém, nas suas várias especialidades. Este projeto foi
evoluindo ao longo algumas versões que se foram sucedendo, tendo em vista a melhor
adequação programática e formal à legislação vigente e à realidade do concelho de
Ourém
II. CONTEÚDO
De acordo com a lei vigente este tipo de equipamentos tem como designação
formal Centro de Recolha Oficial (CRO)
O CRO de Ourém irá ser implantado numa área de terreno integrada no Estaleiro
Municipal, e atualmente ainda desocupada. Trata-se da zona com frente para a rua
pública (Rua Principal) e localizada a nascente do edifício afeto ao Serviço de
Proteção Civil. É uma área de 2 463 m2.
ENQUADRAMENTO NO PDM DE OURÉM
De acordo com o atual PDM de Ourém o terreno do Estaleiro Municipal aparece
assinalado na planta de ordenamento como Equipamento Isolado Proposto. Este tipo
de equipamentos deve obedecer aos parâmetros dispostos no ponto 3) do artigo 63.º do
regulamento do PDM e que são os seguintes:
"3 — Em área destinada a equipamentos assinalada na planta de ordenamento, os
parâmetros urbanísticos máximos aplicáveis são os seguintes:
Dimensão mínima da parcela edificável— 10 000 m2;
Índice bruto máximo de construção — 0,36;



Índice máximo de impermeabilização — $0,3$;
Número máximo de pisos — três;
Altura máxima total do edifício — 12 m."

---- O terreno do estaleiro é uma parcela com 26 336,76 m2. Aplicando os parâmetros em abstrato, verificando a ocupação existente, e avaliando a situação com a incorporação da ocupação do CRO temos o seguinte cenário comparativo:-----

PARÂMETROS (descrição)	APLICAÇÃO AO TERRENO (em abstrato)	OCUPAÇÃO ATUAL (existente)	OCUPAÇÃO ATUAL + CRO
Ocupação máxima (m2) (máxima implantação)	5 267,36	3 948,59	4 167,21
Área máxima de construção (m2)	9 481,24	4 007,91	4 226,53
Área máxima impermeabilizada (m2)	7 901,03	18 901,07	19 520,52
Número máximo de pisos	3	2	2
Altura máxima total do edifício (m)	12	10	10

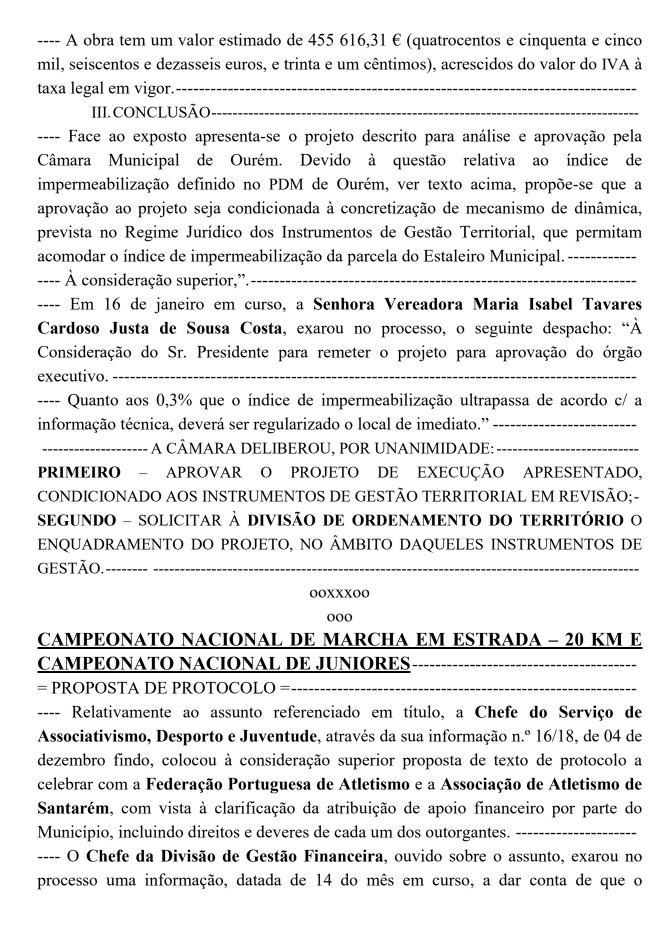
- ---- Relativamente ao CRO individualmente temos: -----
 - Implantação/área de construção 218,62 m2;-----
 - Area impermeabilizada (implantação edificado + pavimentos exteriores) 841,57 m2 -----
 - Número de pisos 1;-----
 - Altura máxima total do edifício 4,3 m-----

---- Segundo informação prestada pelo setor de SIG e Planeamento, na proposta de PDM atualmente em elaboração a área do Estaleiro Municipal passará a ser considerada nas "áreas empresariais". Para este tipo de áreas o regime de edificabilidade é mais simples que o atual, apenas definindo uma altura máxima de fachada de 10 m, e um índice de impermeabilização máxima de 0,75. Assim, e segundo estes parâmetros, o CRO ficará em situação regular na nova proposta de PDM. ---- Esta questão com as áreas impermeabilizadas já havia sido detetada no início da elaboração deste projeto, em 2015. Nessa altura já estava em curso o processo de

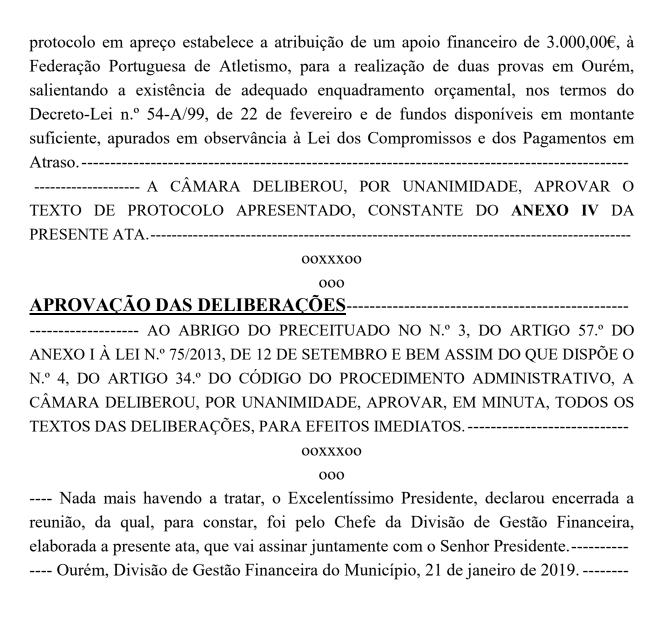
revisão do PDM e a expectativa era que o novo plano poderia entrar em vigor em breve

e, nesse contexto, a situação do estaleiro e do CRO ficaria com a sua viabilidade no

PDM assegurada. Ao contrário das expectativas o facto é que, volvidos mais de três anos, o processo de revisão do PDM continua por concluir e a questão de respeitar a índice máximo de impermeabilização persiste não pode ser ignorado. Em todo o caso, é de salientar que este é um problema de regularização da situação existente no Estaleiro Municipal e não um problema criado com o CRO que mais não faz do que traduzir-se num ligeiro acréscimo do índice, três centésimas.--------- O PROJETO ---------- Foi desenvolvido para o CRO um processo completo integrando as especialidades de Arquitetura Paisagista (inclui a Rede de Rega), Arquitetura, Estabilidade, Rede de Distribuição de Águas Prediais, Rede de Drenagem de Águas Residuais e Pluviais, Instalações Elétricas, Instalações de Telecomuninações ITED 3, Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado, Segurança Contra Incêndios em Edifícios (Ficha de Segurança Contra Incêndio), Sistemas de Segurança Integrada, Verificação Acústica. A Coordenação e a Arquitetura são da responsabilidade do Arq. Luís Niza Ribeiro (CMO/SPT), sendo as restantes especialidades da responsabilidade do gabinete de projetos Casa Gomes, Engenharia. ---------- O desenvolvimento deste trabalho contou com o acompanhamento de técnicos dos vários serviços municipais:------ Levantamento topográfico pelo Setor de Topografia (SPT);------ Elaboração do programa e acompanhamento geral pelo médico veterinário municipal, Dr. António Pereira (GSASP);------- Serviço de Ambiente e Sustentabilidade (SAS) nas questões das redes de esgotos domésticos e pluviais;------- DOMSU na questão da rede de rega e integração no Estaleiro Municipal; ------ Setor de Informática nas questões da rede estruturada, ligações à rede municipal e CCTV (DRHI);------ Apoio nas questões de eletricidade pelo Setor de Energia e Eficiência Energética (SPT); ------- Medição e orçamentação da parte de arquitetura e verificação das demais especialidades pelo Setor de Medições e Orçamentação (SPT). --------- Relativamente a pereceres externos apenas é necessário o parecer da Bewater relativo à Rede de Distribuição de Águas Prediais. Essa consulta foi efetuada, e aguardando-se a resposta (anexa-se documento comprovativo do pedido de parecer). ------ O projeto está instruído com os termos de responsabilidade dos autores dos projetos que aferem o cumprimento das normas técnicas e legais aplicáveis. -----







O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

O CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 21/01/2019

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2018.07.16;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos;
- = Aprovação de atas Reunião de Câmara de 07 de janeiro de 2019.

1.2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

- = Abertura de procedimentos concursais comuns para admissão de trabalhadores distribuídos pelas carreiras de técnico superior, assistente técnico e assistente operacional, por inerência à dissolução da Ourémviva Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A. Proposta n.º 1/2019, datada de 02 de janeiro em curso, do Senhor Presidente da Câmara.
- = Proposta de regulamento de atribuição de bolsas de estudo a estudantes universitários Informação n.º 2/19, de 08 do corrente mês, do Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP);
- = Proposta de revisão do regulamento de atribuição de distinções honoríficas do Município de Ourém Informação n.º 3/19, de 08 do corrente mês, do Chefe do GAP;
- = Descentralização administrativa Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto Informação n.º 4/19, de 14 do corrente mês, do Chefe do GAP;
- = Proposta de regulamento do cartão social do bombeiro voluntário Informação n.º 7/19, de 16 de janeiro em curso, do Chefe do GAP;
- = Requalificação da antiga E.N. 356 (Fátima) Informação, datada de 14 do corrente mês, do Chefe do GAP;
- = Requalificação da Avenida Papa João XXIII Informação n.º 6/19, de 15 de janeiro em curso, do Chefe do GAP, acompanhada das informações n.º 39/19, também de 15 do corrente mês, do Serviço de Projetos Técnicos e n.º 2/19/DOT/671, de 16 deste mesmo mês, da Divisão de Ordenamento do Território.

1.3. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- = Autorização prévia para ações de (re)arborização:
 - 1. Carta registada sob o n.º 44.838/2018, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Júlio da Silva Rodrigues;
 - 2. Carta registada sob o n.º 45.310/2018, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Carlos Alberto Pereira Vieira.

2. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

= Projeto "Educação de Excelência no Médio Tejo" – Carta enviada por correio eletrónico no dia 29 de novembro de 2018, pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;



- = Projeto "Afirmação Territorial do Médio Tejo" Carta enviada por correio eletrónico no dia 29 de novembro de 2018, pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;
- = MAISOURÉM, S.A. Relatório de liquidação Carta enviada por correio eletrónico no dia 28 de dezembro de 2018, pelo Liquidatário Luís Miguel Duque Carreira;
- = Adesão à Associação de Municípios para a Gestão do Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes Informação n.º 2/19, de 14 do corrente mês, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira.

2.1. SETOR DE CONTABILIDADE

- = Ourémviva Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A. Encerramento da liquidação:
 - 1. Informação n.º 41/18, datada de 27 de dezembro de 2018, do Setor de Contabilidade (SC);
 - 2. Informação n.º 2/19, de 07 de janeiro corrente, do SC;
- = Recenseamento Eleitoral 2018 Informação n.º 3/19, de 10 de janeiro corrente, do SC.

2.2. SETOR DE PATRIMÓNIO

- = Zona Industrial de Ourém Casal dos Frades Seiça:
 - 1. Alienação do Lote B Informação n.º 101/18, datada de 12 de novembro de 2018, do Setor de Património (SP);
 - 2. Alienação de parcelas de terreno necessárias à ampliação dos logradouros dos Lotes n.º 5 e 6 Informação n.º 111/18, de 26 de dezembro findo, do SP;
- = Jardim Infantil de Ourém Pedido de mobiliário Carta registada sob o n.º 37.090/2018, daquela instituição;
- = Contrato de arrendamento comercial da loja "F-G", sita no piso -1 do edifício do Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão Pedido de rescisão do contrato Requerimento registado sob o n.º 263/2019, da firma Mater Dei Comércio de Artigos Religiosos, Unipessoal, Limitada;
- = Aciso Associação Empresarial Ourém-Fátima Aditamento ao protocolo de cedência de espaços no edifício do Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão Informação n.º 5/19, de 14 de janeiro em curso, do SP.

2.3. SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = Listagem de ajustes diretos simplificados Dezembro de 2018 Informação n.º 11/19, de 10 de janeiro em curso, do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento (SCPA);
- = Inventário 2018 Resultados apurados Informação n.º 24/19, de 15 do corrente mês, do Chefe do SCPA;
- = P129/2018 Reabilitação do Cine-Teatro Municipal de Ourém Ata n.º 2, datada de 15 de janeiro de 2019, do júri;
- = P181/2018 Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva de emergência a equipamentos AVAC em vários edifícios municipais, durante 12 meses Informação n.º 551/18, de 28 de dezembro findo, do SCPA;
- = P187/2018 Fornecimento com transportes de gasóleo rodoviário aditivado para garantir a operacionalidade das viaturas e equipamentos municipais durante o ano 2019 e até ao limite de 150.000,00€ Informação n.º 21/19, de 15 do mês em curso, do SCPA;
- = Libertação de garantias bancárias:



- 1. P010/2012 E.N. 113-1 Beneficiação do troço entre Olaia e Estremadouro (Limite do Concelho) Traçado da variante junto à Quinta de Seiça Informação, datada de 13 de dezembro de 2018, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira;
- P070/2016 Requalificação Urbana da Avenida D. Nuno Álvares Pereira Nossa Senhora da Piedade - Ourém - Informação n.º 529/18, de 12 de dezembro findo, do SCPA.

3. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS URBANOS

= Pedidos de materiais:

- 1. Carta registada sob o n.º 29.446/2017, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, a anexar pedidos de Rita Gonçalves Neves, de Tiago Liberal Duarte e de Nelson Pontes Marques;
- 2. Carta registada sob o n.º 39.191/2017, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, a anexar pedidos de Jorge Fernando Marques Liberal e de Leonel Sousa Marques;
- 3. Carta registada sob o n.º 6243/2018, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, a anexar pedido de Carlos Gomes Pereira;
- 4. Carta registada sob o n.º 6244/2018, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, a anexar pedido de Palmira de Jesus Mendes.

4. DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

- = Licenciamentos de obras particulares:
 - 1. Processo registado sob o n.º 292/2013, da firma Agroparreira Sociedade Agrícola, Limitada, instruído com a informação n.º 210/2018/DOT/cm0813, de 07 de dezembro findo, da Divisão de Ordenamento do Território (DOT);
 - 2. Processo registado sob o n.º 61/2015, de Hélder Manuel Vieira Duarte, instruído com a informação n.º 18/2019/DOT/cm1282, de 10 de janeiro em curso, da DOT;
 - 3. Requerimento registado sob o n.º 2306/2018, de Tiago Filipe Santos Marques, instruído com a informação n.º 4193/2019/DOT/cm1282, de 10 de janeiro em curso, da DOT;
 - 4. Requerimento registado sob o n.º 13/2019, de Albino Henriques de Faria, instruído com a informação n.º 3/2019/DOT/cm0320, de 07 de janeiro em curso, da DOT;
 - 5. Requerimento registado sob o n.º 55/2019, da firma Presuntos Costa, Limitada, instruído com a informação n.º 21/2019/DOT/cm1282, de 15 de janeiro em curso, da DOT;
- = Autorização de utilização Requerimento registado sob o n.º 1937/2018, do Município de Ourém, instruído com a informação n.º 4/2019/DOT/cm0428, de 10 de janeiro em curso, da DOT;

= Pedidos de destaque:

- 1. Processo registado sob o n.º 335/2018, de Arlindo Lopes Dias, instruído com a informação n.º 388/2018/DOT/cm1151, de 26 de dezembro findo, da DOT;
- 2. Processo registado sob o n.º 342/2018, de José Manuel da Silva, instruído com a informação n.º 2/2019/DOT/cm0756, de 03 de janeiro em curso, da DOT;
- = Beneficiação/demolição de edificação Segurança e salubridade públicas Exposição registada sob o n.º 41277/2018, de Marta Henriques, instruída com as informações n.º 449/18, de 30 de novembro de 2018, da Secção de Fiscalização e n.º 207/2018/DOT/cm0650, de 28 de dezembro findo, da DOT.



5. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

- = Pedidos de cedência do Centro Municipal de Exposições e da Piscina Municipal de Ourém
- Carta, datada de 18 de dezembro de 2018, da firma Vila Fit Fitness, Limitada;
- = Proposta de adesão ao protocolo da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) com a Fundação Oriente Carta enviada por correio eletrónico no dia 03 de dezembro de 2018, pela ANMP;
- = Marché de Noel Arts & Delices de Noel Le Plessis Trévise Relatório de participação Informação n.º 352/18, de 12 de dezembro de 2018, da Divisão de Ação Cultural.

6. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

- = Proposta de protocolo de cooperação para a igualdade e a não discriminação Carta registada sob o n.º 44.343/2018, da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;
- = Apoio à Natalidade e à Infância Análise de candidaturas:
 - 1. Informação n.º 892/18, de 28 de dezembro findo, da Divisão de Educação, Ação Social e Saúde (DEASS);
 - 2. Informação n.º 893/18, de 28 de dezembro findo, da DEASS;
 - 3. Informação n.º 894/18, de 28 de dezembro findo, da DEASS;
 - 4. Informação n.º 6/19, de 07 de janeiro em curso, da DEASS;
 - 5. Informação n.º 7/19, de 07 de janeiro em curso, da DEASS;
 - 6. Informação n.º 8/19, de 07 de janeiro em curso, da DEASS;
 - 7. Informação n.º 9/19, de 07 de janeiro em curso, da DEASS;
 - 8. Informação n.º 11/19, de 07 de janeiro em curso, da DEASS;
 - 9. Informação n.º 12/19, de 07 de janeiro em curso, da DEASS;
 - 10. Informação n.º 27/19, de 08 de janeiro em curso, da DEASS;
 - 11. Informação n.º 38/19, de 09 de janeiro em curso, da DEASS;
 - 12. Informação n.º 47/19, de 10 de janeiro em curso, da DEASS;
 - 13. Informação n.º 49/19, de 10 de janeiro em curso, da DEASS;
 - 14. Informação n.º 50/19, de 10 de janeiro em curso, da DEASS;
 - 15. Informação n.º 73/19, de 11 de janeiro em curso, da DEASS;
- = Tarifário de venda de água Atribuição de tarifa social:
 - 1. Utilizador doméstico:
 - Informação n.º 10/19, de 07 de janeiro em curso, da DEASS;
 - Informação n.º 24/19, de 08 de janeiro em curso, da DEASS;
 - Informação n.º 25/19, de 08 de janeiro em curso, da DEASS;
 - Informação n.º 26/19, de 08 de janeiro em curso, da DEASS;
 - Informação n.º 61/19, de 10 de janeiro em curso, da DEASS;
 - Informação n.º 62/19, de 10 de janeiro em curso, da DEASS;
 - 2. Famílias numerosas:
 - Informação n.º 34/19, de 09 de janeiro em curso, da DEASS;
 - Informação n.º 35/19, de 09 de janeiro em curso, da DEASS;
 - Informação n.º 36/19, de 09 de janeiro em curso, da DEASS;
 - Informação n.º 37/19, de 09 de janeiro em curso, da DEASS;
- = Pedido de Apoio de Ação Social Direta:
 - Informação n.º 13/19, de 07 de janeiro em curso, da DEASS;
 - Informação n.º 63/19, de 11 de janeiro em curso, da DEASS;
 - Informação n.º 74/19, de 14 de janeiro em curso, da DEASS;
 - Informação n.º 85/19, de 15 de janeiro em curso, da DEASS;



- = Desenvolvimento da Atividade Socialmente Útil Adenda ao protocolo Informação n.º 19/19, de 07 de janeiro, da DEASS;
- = Atividades cujo exercício envolve contacto regular com menores Obrigatoriedade de apresentação do certificado de registo criminal Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto Informação n.º 56/19, de 10 de janeiro corrente, da DEASS.

7. DIVISÃO DE APOIO A FUNDOS COMUNITÁRIOS E EXPEDIENTE

7.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE, ARQUIVO E REPROGRAFIA

- = ADIRN Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte Eleição dos Órgãos Sociais para o triénio 2019-2021 Designação de representante da Câmara Municipal Oficio n.º 8/2019, de 07 de janeiro em curso, da Associação;
- = Exploração de Comboios Turísticos em Fátima Ofício n.º 415/2018, de 12 de dezembro de 2018, da Rodoviária do Lis, Limitada;
- = Ampliação do número de compartes ou constituição de compropriedade:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 44.683/2018, de António Paulino Pereira, sobre prédio sito em Ribeira União das Freguesias de Gondemaria e Olival;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 45.813/2018, da Solicitadora Maria Lucena Ferreira Gama, em representação de Agostinho Diogo Marques e outros, sobre prédio sito em Rio de Couros União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos;
 - 3. Requerimento registado sob o n.º 605/2019, da Advogada Luísa da Graça, em representação de Daniel Santos Francisco e outra, sobre prédio sito em Barrocaria União das Freguesias de Gondemaria e Olival.

8. SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

- = Empreitada de "Requalificação Urbana da Avenida D. José Alves Correia da Silva Parte B Troços entre a passagem desnivelada e as Rotundas Norte e Sul inclusive, em Fátima" Processo judicial n.º 1267/11.4BELRA-B Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Relatório de reunião, datado de 15 de janeiro em curso, subscrito pelo Senhor Presidente;
- = Acidentes de viação Pedidos de indemnização:
 - 1. Processo registado sob o n.º 30.525/2017, de João Diogo Martins Ferreira, sobre acidente ocorrido na EN 357 (sentido Fátima, Torres Novas), no dia 24/09/2017;
 - 2. Processo registado sob o n.º 13.482/2018, de José Pereira de Faria, sobre acidente ocorrido na Estrada Principal, em Fontaínhas, da Freguesia de Seiça, no dia 18/03/2018;
 - 3. Processo registado sob o n.º 16.672/2018, de Manuel José Leal, sobre acidente ocorrido no parque de estacionamento junto ao restaurante "Manuel das Matas", na Avenida dos Pastorinhos, da Freguesia de Fátima, no dia 09/05/2018.

9. SERVIÇO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's:
 - 1. Informação n.º 5/19, datada de 03 do corrente mês, do Serviço de Ambiente e Sustentabilidade (SAS);
 - 2. Informação n.º 6/19, datada de 03 do corrente mês, do SAS.

10. SERVIÇO DE PROJETOS TÉCNICOS

= Projetos de execução de Unidades de Cuidado de Saúde:



- 1. Alburitel Informação n.º 31/19, de 11 de janeiro em curso, do Serviço de Projetos Técnicos (SPT);
- 2. Olival Informação n.º 32/19, de 11 de janeiro em curso, do SPT;
- 3. Sobral (Nossa Senhora das Misericórdias informação n.º 33/19, de 11 de janeiro corrente, do SPT;
- = P070/2016 Requalificação Urbana da Avenida D. Nuno Álvares Pereira Nossa Senhora da Piedade Ourém Suspensão do prazo de execução da obra Informação n.º 45/19, de 16 do corrente mês, do SPT;
- = Centro de Recolha Oficial de Ourém Projeto de execução Informação n.º 37/19, de 14 de janeiro em curso, do SPT.

11. SERVIÇO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE

- = Campeonato Nacional de Marcha em Estrada 20 Km e Campeonato Nacional de Juniores
- Proposta de protocolo Informação n.º 16/19, de 04 de dezembro findo, da Chefe do Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude.

Câmara Municipal de Ourém, 16 de janeiro de 2019

O Presidente da Câmara

Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque



DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Processos deferidos por despachos dos Exmos. Presidente e Vereadores, 07-01-2019 a 18-01-2019

	1	Ţ
Processo nº	Requerente	Local
1803/2017	Abílio Gonçalves Oliveira	Rotunda Norte - Cova da Iria - Freguesia de Fátima
1311/2018	Agostinho Anastácio Leal	Rua da Malhinha – Ribeira do Olival – da União das Freguesias de Gondemaria e Olival
2143/2018	António das Neves Reis	Avenida Irmã Lúcia de Jesus, nº 127 - Freguesia de Fátima
2169/2018	António de Oliveira Santos	Rua Carvalho Araújo, nº 41 a 55 – Ourém - Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
40/2019	António de Sousa Lopes	Rua Principal nº 430 – Outeiro das Matas - Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias
751/2018	Armindo Manuel Gomes Lopes	Carvalhal de Cima – Rio de Couros – da União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos
2181/2018	Associação Cultural e Recreativa e Desportiva da Moita Redonda	Moita Redonda – Freguesia de Fátima
1905/2018	C.N.EEscutismo Católico Português	Avenida Beato Nuno, n.º 240 – Cova da Iria - Freguesia de Fátima
2182/2018	Camila – Investimentos Imobiliários, S.A.	Avenida D. Nuno Álvares Pereira, nº 257 – Ourém - Freguesia de Nossa Senhora da Piedade.
38/2019	Catarina Alexandra dos Reis Oliveira Carmo	Travessa de São Martinho – Lagoa do Furadouro - Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias
1332/2018	Filipe Dias de Oliveira	Casais de Carcavelos – Olival - da União das Freguesias de Gondemaria e Olival
2237/2018	Hélder Alves Pereira e Duarte Alves Pereira	Avenida D. José Alves Correia da Silva, nº 218, Cova da Iria – Freguesia de Fátima
2144/2018	Indugal - Construções, SA	Rua Cónego Formigão – Cova da Iria - Freguesia de Fátima
2123/2018	José da Silva Oliveira	Regato – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
24/2019	Moisés de Oliveira Pereira	Rua 1º de Janeiro, nº 259 – Lavradio – da União das Freguesias de Matas e Cercal
1932/2018	Paulo Jorge Marques Lopes dos Santos	Outeiro das Gameiras – Matas da União das Freguesias de Matas e Cercal



2	121/2018	Paulo Jorge Marques Lopes dos Santos	Rua da Portela nº 13 - Outeiro das Gameiras – Matas – da União das Freguesias de Matas e Cercal
2	103/2018	Província Portuguesa dos Padres Missionários Capuchinhos	Rua Francisco de Asis, n.º 160, Cova da Iria - Freguesia de Fátima

Ourém 21 de janeiro de 2019

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DOT



SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 07/01/2019 a 18/01/2019

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
44356	Florfavorita, Ld. ^a	Reinspeção de elevador
46158	O Sino – Expl. Rest. e Hotéis, S.A.	Reinspeção de elevador
45615	Cond. Ed. Alexandre Herculano, n.º 21	Inspeção de elevador
43859	Cond. Ed. António Justiniano da Luz Preto, n.º 125	Inspeção de elevador
45077	Cond. Ed. Augusto Castilho. N.º 1	Inspeção de elevador
45081	Cond. Ed. Heras	Inspeção de elevador
45644	Sociedade Hoteleira de Fátima, Ld.ª	Inspeção de elevador
45083	Cond. Ed. Travessa da Ribeirinha, n.º 9	Inspeção de elevador
45079	Cond. Ed. Heras	Inspeção de elevador
1183	Manuel de Sousa Saraiva	Licença de ruído
1291	Província Portuguesa Congregação S. José	Reinspeção de elevador
893	Fábrica santuário Nossa Senhora do Rosário de Fátima	Inspeção de elevador
1326	Cond. Ed. Fátima	Inspeção de elevador
1333	Seminário Seráfico dos Frades Menos Capuchinhos	Inspeção de elevador
40794	BTTCP-Associação Desp. Motorizada, Clube Recreativa da freguesia de Seiça	Prova desportiva
45929	MVMS, SA	Campanha publicitária de Rua
1287	Ao Rubro- Org. Eventos & Publicidade, Ld ^a .	Campanha publicitária de Rua com uso de som
10132	Adm. Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo	Inspeção de elevador
1642	Pereira & Guerra, Ld. ^a	Inspeção de elevador
2133	Cond. Ed. Ibérico, n.º 278/280	Inspeção de elevador
1401	Cond. Ed. Av. Beato Nuno, n.º 258	Inspeção de elevador



2255	Jostravel, Ld.a	Inspeção de elevador
2474	Fundação Arca da Aliança	Inspeção de elevador
2087	David Manuel Domingues Henriques	Inspeção de elevador
2629	Ao Rubro – Org. Eventos & Publicidade, Ld. ^a	Licença Especial de Ruído
45281	Lira Maria de Melo Costa Carvalho Tomaz	Inumação de Cadáver
44930	António Manuel Pereira Paulino	Inumação de Cadáver

Ourém, 21 de janeiro de 2019

Vítor Manuel de Sousa Dias

Chefe do Serviço de Fiscalização e Contencioso



PROTOCOLO

Considerando a realização do campeonato nacional de marcha em estrada – 20Km, e demais escalões, Torneio Nacional Marchador Jovem e Campeonato Nacional de Juniores em pista, do calendário competitivo da Federação Portuguesa de Atletismo;

Considerando que estas competições, tal como nos anos anteriores, irão contar com vários atletas que representaram Portugal nos Jogos Olímpicos do Rio2016 e muitas outras competições internacionais, incluindo representantes de alguns dos clubes mais conceituados do desporto nacional – Sport Lisboa e Benfica e Sporting Clube de Portugal entre outros;

Considerando que estas provas poderão permitir a alguns dos atletas presentes realizarem marcas de qualificação para várias competições de seleção, Taça da Europa de Marcha, Campeonato da Europa de juniores e para o Campeonato do Mundo, onde Portugal estará representado por várias dezenas de atletas;

Considerando que o Município de Ourém tem apoiado o desenvolvimento do atletismo nas suas várias especialidades e apoiado os clubes do concelho, garantindo um trabalho em quantidade e qualidade que lhes tem permitido alcançar medalhas e títulos nacionais.

Considerando que a realização destas competições poderão contribuir para a captação de mais jovens para o desporto e para a promoção de estilos de vida saudáveis.

Considerando que a realização destes campeonatos será uma oportunidade para centenas de atletas, familiares e acompanhantes visitarem o concelho de Ourém.

É ASSINADO ENTRE

O MUNICÍPIO DE OURÉM, pessoa coletiva de direito público, com o NIF. 501 280 740, com sede em Ourém, representado neste ato pelo seu Presidente da Câmara, senhor Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque, doravante designado como primeiro outorgante; e

A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ATLETISMO, pessoa coletiva de utilidade pública, com o NIF. 501 136 517, com sede em Linda a Velha, representada neste ato pelo seu Presidente



da Direção, Prof. Jorge António de Campos Vieira, doravante designado como segundo outorgante;

e

A ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE SANTARÉM, pessoa coletiva, com o NIF. 501 742 743, com sede em Almeirim, representada neste ato pelo seu Presidente da Direção, Sr. Eduardo João Belchior Gonçalves, doravante designado como terceiro outorgante; Fica acordado que:

O Primeiro Outorgante se compromete a:

- Disponibilizar balneários (masculinos e femininos) para o campeonato nacional de marcha em estrada – 2oKm;
- Disponibilizar cerca de 100 grades (em metal ou plástico) para balizar o percurso do campeonato nacional de marcha em estrada – 20Km;
- Disponibilizar insuflável de Partida e Chegada no campeonato nacional de marcha em estrada – 20Km;
- Disponibilizar cerca de 100 cones sinalizadores do percurso;
- Disponibilizar uma sala de apoio ao secretariado do campeonato;
- Disponibilizar 2 tendas para apoio e proteção dos juízes e para os atletas momentos antes da partida;
- Disponibilizar cerca de 20 voluntários para apoio aos juízes de marcha (com bicicleta), ao secretariado e para apoio no circuito e partida/chegadas;
- Disponibilizar palco, pódio e aparelhagem sonora para as cerimónias protocolares e para informações aos presentes sobre a prova;
- Apoiar financeiramente estes campeonatos com uma verba de €3.000a atribuir ao segundo outorgante, para fazer face a uma parte das despesas relacionadas com estes campeonatos; ficando o pagamento da verba referida condicionada à apresentação de documentos de despesa e respetivo comprovativo de pagamento no âmbito da atividade a desenvolver, em montante igual ou superior ao apoio concedido.

Os 2º e 3º Outorgantes, comprometem se com o seguinte:

Promoção do evento nos respetivos sites e nas redes sociais;



- Aprovação da documentação promocional sob proposta do Município de Ourém;
- Utilização de sistema de cronometragem de chips no campeonato nacional de marcha em estrada – 20Km;
- Presença de pelo menos 3 juízes internacionais de marcha no campeonato nacional de marcha em estrada – 20Km;
- Presença de meios materiais e humanos que garantam o bom funcionamento dos campeonatos;
- Contactos com atletas internacionais para promoção destes eventos;
- Conferências de imprensa;
- Controle anti doping;
- Secretariado computador, impressora, fotocopiadora e papel;
- Juízes de chegada;
- Promoção com bandeiras;
- Prémios;
- Oficialização e promoção de várias competições no concelho.

Ourém,	
O Município de Ourém	
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquer	rque
A Federação Portuguesa de Atletismo Santarém	A Associação de Atletismo de
Jorge António de Campos Vieira	Eduardo João Belchior Gonçalves